

**EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90004/2026**

QUADRO DE INFORMAÇÕES	
PROCESSO	2025.30550.000828
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	30550.10.302.1165.3120
MODO DE DISPUTA DO CERTAME	ABERTO
REGISTRO DE PREÇOS	NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	( ) MENOR PREÇO ( X ) MAIOR DESCONTO ( ) MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS
ORDEM DAS FASES	( X ) ORDINÁRIA – CONFORME ART. 17 DA LEI 14.133/2021. ( ) EXTRAORDINÁRIA – CONFORME §1º, DO ART. 17 DA LEI 14.133/2021
PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	( X ) PERMITIDA ( ) VEDADA
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:	R\$ 111.390.493,19 (cento e onze milhões trezentos e noventa mil quatrocentos e noventa e três reais e dezenove centavos)
DATA DA ABERTURA	08.04.2026
HORA DA ABERTURA	10h00min (10 horas e 00 minutos)
LOCAL DA SESSÃO	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL - COMPRAS.GOV < <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a> >
AGENTE DE CONTRATAÇÃO DESIGNADO (A)	Josivanda Barreira de Macedo
RETIRADA DO EDITAL	O edital e seus anexos poderão ser retirados, mediante recolhimento das taxas legais, diretamente perante a Comissão de Contratação localizada na Rodovia TO-010, Km 01, Lote 11, Setor Leste, Área Verde, 1ª Etapa, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins ou, gratuitamente, através da página da Agência na internet por meio do endereço eletrônico: <a href="https://www.to.gov.br/ageto">https://www.to.gov.br/ageto</a> <a href="https://pncp.gov.br/app/editais">https://pncp.gov.br/app/editais</a>
CONTATO	Telefones: (63) 99963-2060 E-mail: <a href="mailto:licitacao@ageto.to.gov.br">licitacao@ageto.to.gov.br</a> com cópia para <a href="mailto:slo.ageto@gmail.com">slo.ageto@gmail.com</a>
UASG	925958
INTERESSADA	SECRETARIA DA SAÚDE
OBJETO	CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DA MULHER E MATERNIDADE EM ARAGUATINS - TO.

## A – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) **SECRETARIA DA SAÚDE - SES** por meio do(a) **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA**, sediada Rodovia TO-010, Km 01, Lote 11, Setor Leste, Área Verde, 1ª Etapa, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, nomeada pela **PORTARIA AGETO Nº 087/2025, DE 16 DE MAIO DE 2025**, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo **MAIOR DESCONTO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Estadual nº 6.606, de 28 de março de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS, COMPLEMENTARES E EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DA MULHER E MATERNIDADE EM ARAGUATINS - TO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Local dos serviços/entrega dos bens: Rua Nero Macedo, sn, Setor Irial (-56397658, -481212276) – Araguatins/TO – CEP.: 77.950-000.

1.3. A licitação será realizada em único item.

1.4. O certame seguirá a ordem de abertura ordinária, contida no artigo 17 da Lei Federal 14.133/2021, que prevê a abertura da documentação de habilitação apenas da licitante que apresentar a melhor proposta conforme critério de julgamento estabelecido.

### 2. DO VALOR

2.1. O valor máximo permitido para esta contratação será de **R\$ 111.390.493,19 (cento e onze milhões trezentos e noventa mil quatrocentos e noventa e três reais e dezenove centavos)**. Este valor será o orçamento referencial que deverá ser utilizado como base de desconto neste certame.

2.1.1. O valor descrito no item 2.1 é o preço máximo que a Administração se dispõe a pagar na contratação pretendida, conforme Acórdão nº 3.381/2013 do Plenário do TCU.

2.2. O orçamento estimado deste certame é de caráter público, não se adotando o sigilo, conforme disposto no artigo 24 da Lei nº 14.133/2021. A publicidade do orçamento visa assegurar a transparência e a igualdade de condições entre os licitantes, promovendo uma competição justa e eficiente, que são princípios fundamentais das licitações públicas. No presente certame o orçamento será divulgado no momento da publicação do edital, juntamente com as planilhas orçamentárias, garantindo acesso a todos os interessados para que possam elaborar suas propostas.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no E-FORNECEDOR ([www.siga.to.gov.br/efornecedor](http://www.siga.to.gov.br/efornecedor)) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas (referente as cooperativas que estejam de acordo com **Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo despacho de aprovação n. 00006/2023/SGPP/CGU/AGU**) mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para





o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL - COMPRAS.GOV <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:





- 4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4.1. Não serão aplicados os benefícios para empresas ME/EPP:
- I. no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- II. no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 4.4.2. Obtenção dos benefícios para empresas enquadradas como ME/EPP fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a empresa optante apresentar declaração de observância desse limite na documentação de habilitação, conforme modelo A em anexo.
- 4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final ou percentual de desconto mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.





4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *valor ou desconto..... (unitário, etc, conforme o caso) e ..... (total) do item;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor ou desconto unitário/e ou global, conforme o caso.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.





- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento);
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Paro o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.





- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
  - 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle e o neste Decreto Estadual 6.606/2023.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 6.19.2.2. empresas brasileiras;
  - 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
  - 6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
  - 6.20.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
  - 6.20.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat ou e-mail da pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
  - 7.1.2. Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) através do link <https://certidoes.cgu.gov.br/>
  - 7.1.3. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU, através do link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)





- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.4 deste edital.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.6. Do critério de aceitabilidade das propostas, conforme súmula 259/2010 - TCU:
- 7.6.1. Os preços máximos permitidos são os constantes nas planilhas orçamentárias, que servirão de parâmetro para avaliação dos valores unitários e do valor global.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou acima do valor máximo estipulado;
- 7.7.3.1. Na forma do Acórdão nº 2190/2024-Plenário, do Tribunal de Contas da União, as propostas serão consideradas inexequíveis tanto em relação ao preço global quanto aos preços unitários, caso não se comprove a exequibilidade quando exigido pela Administração, na forma prevista neste edital;
- 7.7.3.2. Caso o valor apresentado seja considerado inexequível, a Administração poderá exigir esclarecimentos ou documentação que comprove a viabilidade do preço apresentado. Em não sendo comprovada a exequibilidade, a proposta será desclassificada.
- 7.7.4. as propostas inexequíveis serão desclassificadas quando não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. as propostas acima do valor máximo estipulado serão desclassificadas caso se mantenham acima do valor máximo estipulado após solicitação da Administração para readequação;
- 7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.9.4. Conforme art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021, **será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.**





7.9.4.1. A garantia adicional deverá ser apresentada no momento da contratação, juntamente com a garantia de execução contratual, nos moldes do art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.9.4.2. Tal garantia será exigida sem prejuízo das demais modalidades de garantia previstas em lei, somando-se a estas e tendo as mesmas condições e prazo de vigência.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. A proposta financeira deverá conter as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI, observando que estes não podem ser indicados mediante o uso da “expressão verba” ou de unidades genéricas, conforme súmula 258, do TCU.

7.13. O agente de contratação ou a comissão de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não haja majoração do preço originalmente proposto e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

7.13.1. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, mediante solicitação através de diligência.

7.13.2. O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Caso as licitantes não tenham registro cadastral deverão apresentar os documentos listados no Anexo I deste Edital.

8.2. Para a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor





juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Para a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6.1. Eventual certidão do Ministério do Trabalho e Emprego que aponte o não atendimento do percentual exigido não resultará, por si só, na inabilitação. Em observância ao Acórdão 523/2025 do TCU, será concedida oportunidade para que o licitante apresente outras evidências de cumprimento da reserva legal, a exemplo de dados extraídos do e-Social.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.8.1. Declaração de Visita Técnica, conforme previsto no item 4.6 do Termo de Referência;

Ou

8.8.2. Declaração pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e sobre o local do serviço, declaração formal assinada pelo responsável técnico, conforme previsto no item 4.6.6 do Termo de Referência.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou em meio eletrônico com assinatura digital válida, emitida no âmbito da ICP-Brasil.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 HORAS, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

8.11.1.1. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir da solicitação fundamentada feita no chat ou e-mail da pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.





- 8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.
- 8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 9. DOS RECURSOS**
- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013. Nesse caso, as infrações devem ser apuradas de forma conjunta, num mesmo processo, sob o rito procedimental e a autoridade competente previstos na Lei Anticorrupção.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.





- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA ANTICORRUPÇÃO**

13.1 A LICITANTE deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

13.1.1 Para efeitos desta cláusula:

- a) “práticas de corrupção: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido ação de outra parte.
- b) “prática fraudulenta”: significa qualquer ato ou omissão de falsificação, inclusive falsidade ideológica, consciente ou inconscientemente, que engana ou tenta enganar, um indivíduo para obter benefício financeiro ou outro de qualquer ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
- c) “prática colusiva”: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um fim indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de terceiros.
- d) “prática coercitiva”: significa prejudicar ou causar danos, direta ou indiretamente a qualquer parte interessada ou a sua propriedade para influenciar de modo incorreto as ações de uma parte;
- e) “prática obstrutiva é”:

I. Deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação sobre alegações de uma prática de corrupção, fraude, coerção ou colusão; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para que esta não revele qualquer fato que seja de seu conhecimento em relação a questões relevantes para a investigação, ou para impedir que recorra à investigação ou a conduza, ou,





II. Ato que objetivem impedir materialmente o exercício dos direitos de inspeção e auditoria do Poder Público.

13.1.2 A Administração rejeitará uma proposta de adjudicação se concluir que o licitante indicado se envolveu de forma direta ou por meio de um agente, em prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva ou obstrutiva ao concorrer ao contrato em questão.

13.1.3 A Administração declarará viciado o processo de licitação e pode cancelar a parcela alocada a um contrato se, a qualquer tempo, determinar que a LICITANTE se envolveu em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de licitação ou implementação do contrato em questão, sem que a LICITANTE tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias a , para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente a Administração no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

13.1.4 Se algum funcionário da Administração tiver envolvimento em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante a licitação ou durante a execução do contrato, esses profissionais devem ser retirados da equipe imediatamente.

13.1.5 A LICITANTE deverá permitir, e fará seus subcontratados e sub consultores (se houver) permitirem, que a Administração ou pessoas designadas por este possam inspecionar o local e todas as contas e registros relativos à execução do contrato e a apresentação da proposta, e ter as contas e registros auditados por auditores designados pela Administração, se este assim solicitar;

13.1.6 A Administração deve observar com atenção a cláusula que prevê, nomeadamente, que os atos destinados a impedir materialmente o exercício de inspeção do CONTRATANTE e do direito de efetuar auditoria prevista nas cláusulas anteriores constituem uma prática proibida e sujeita a rescisão do contrato;

13.2 Além disso, os LICITANTES deverão estar cientes das condições estabelecidas no Termo de Contrato.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, conforme art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

a) A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, encaminhado para o e-mail da CPL, sendo: [licitacao@ageto.to.gov.br](mailto:licitacao@ageto.to.gov.br) com cópia para [slo.ageto@gmail.com](mailto:slo.ageto@gmail.com).

12.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.11. A instabilidade que ocorram no sistema antes ou durante qualquer fase da licitação não gerará eventual revisão, cancelamento, desfazimento, refazimento, enfim, de qualquer ato já praticado, exceto caso haja decisão nesse sentido por parte do provedor do sistema (Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS GOVERNAMENTAIS).

13.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.to.gov.br/ageto/licitacoes/2pr8c296szan>.

13.13. A Comissão de Contratação, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, poderá alterar as condições deste certame e de qualquer documento pertinente a esta licitação, desde que se fixe novo prazo para apresentação das propostas.

13.14. Na forma do Acórdão nº 1211/2021-Plenário, do Tribunal de Contas da União, caso a licitante fique inabilitada a Comissão de Contratação poderá, justificadamente, conceder o prazo de 24h00min para que a participante faça a juntada de documento que venha apenas atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, observando-se as letras seguintes:

a) A Comissão de Contratação estabelecerá em ata ou despacho o prazo de início e de término para ser realizada a juntada do documento de que trata este item;

b) A protocolização do documento no prazo estabelecido deverá ocorrer diretamente junto à Comissão de Contratação no endereço desta Pasta descrito no preâmbulo deste Edital, ou ser encaminhado para o e-mail, sendo: [licitacao@ageto.to.gov.br](mailto:licitacao@ageto.to.gov.br) com cópia para [slo.ageto@gmail.com](mailto:slo.ageto@gmail.com).

13.15. Os casos omissos no presente certame serão resolvidos pela Comissão de Contratação da AGETO.

13.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Documentos relativo habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira
- b) MODELO A – Modelo de declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (CONF. 14.133/2021)
- c) MODELO B - Modelo de Declaração de Visita Técnica
- d) MODELO C - Modelo de declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação
- e) ANEXO II - Critério de Julgamento e Relação/Descrição dos Produtos
- f) ANEXO III – Termo de Referência
- g) ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Palmas – TO, 02 de fevereiro de 2026.

  
**KÁSSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA**  
Presidente da Comissão de Contratação



**ANEXO I –**

**DOCUMENTOS RELATIVO HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA E  
ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**1. RELATIVO À HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme previsto no art. 66, da Lei n.º 14.133/2021 e na Lei 10.406/2002 (Código Civil):**

- 1.1. Cédula de identidade;
- 1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores;
- 1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deve ser apresentada Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

**2. RELATIVO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, conforme previsto no art. 68, da Lei n.º 14.133/2021:**

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (cartão CNPJ/MF).
- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município onde estiver sediada a empresa, através da apresentação da Ficha de Inscrição Cadastral ou documento equivalente, expedido pela Receita Municipal, que comprove a referida inscrição;
- 2.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Estado onde estiver sediada a empresa;
- 2.4. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Município onde estiver sediada a empresa;
- 2.5. Certidão de Regularidade com a Fazenda federal, mediante a apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federal e à Dívida Ativa da União (DAU);
- 2.6. Certidão Negativa de Débitos com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**3. RELATIVO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA, conforme previsto no art. 69, da Lei n.º 14.133/2021 e na Lei 10.406/2002 (Código Civil):**

- 3.1. A comprovação de boa situação financeira da empresa deverá ser através da(s) certidão(ões) e dos índices provenientes do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
  - 3.1.1. No caso de a pessoa jurídica que fora constituída há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício.
  - 3.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 3.2. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, com data de, no máximo 60 (sessenta) dias anteriores a publicação do primeiro aviso desta licitação, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
  - 3.2.1. Em se tratando de Licitante subsidiária integral, caso sua empresa controladora esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado Termo de Compromisso no qual a Licitante assegure que manterá a capacidade técnica, econômica, financeira e operacional, com vista a assegurar a execução do contrato.





3.3. A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores que 1,00 (um inteiro), resultantes da aplicação da(s) fórmula(s) abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial, conforme previsto no IN - Seges/MP 5/2017:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.4. A licitante que apresentar resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados no subitem anterior, quando de sua habilitação, estará inabilitada, exceto se comprovar capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 7% (sete por cento) do valor estimado da contratação e, assim, estará dispensada de apresentação dos referidos índices.

3.5. O patrimônio líquido mínimo e os índices financeiro mínimos serão obtidos através do balanço patrimonial do último exercício financeiro já exigível, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O penúltimo balanço patrimonial exigível será avaliado de forma complementar para demonstração da boa situação financeira da empresa.

3.5.1. O Balanço Patrimonial das Sociedades Anônimas ou por Ações deverá ser o aprovado em Assembleia e a respectiva Ata registrada na Junta Comercial, devidamente publicada, sendo que o das de Capital Aberto deverá, ainda, vir acompanhado de Parecer de Auditor (es) Independente(s).

3.5.2. O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no "Livro Diário", contendo identificação completa da empresa, de seu titular e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial OU Cartório de Títulos e Documentos OU no Sistema Público de Escrituração Digital SPED, com seu respectivo Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO, conforme previsto no art. 15, da Lei n.º 14.133/2021:**

4.1. Neste certame, será admitida a participação de consórcio, ficando à cargo das próprias interessadas a definição quanto a quantidade de empresas participantes, as quais devem observar as seguintes exigências de acordo com o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021:

4.1.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

4.1.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

4.1.3. É admitido, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

4.1.4. Fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio e a participação isolada da consorciada;

4.1.5. Deve conter cláusula de responsabilidade solidária no Compromisso de Constituição de Consórcio a ser firmado pelos licitantes, bem como do Contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor;

4.1.6. A responsabilidade dos integrantes pelos atos praticados em consórcio será solidária, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

4.1.7. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item a) deste item.

4.1.8. É admitida a eventual substituição de consorciado, desde que haja prévia autorização da Administração e comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

4.2. Os consórcios participantes deverão definir, em seu compromisso público ou particular de constituição de consórcio ou outro documento particular conjunto, a forma pela qual serão efetuados os pagamentos decorrentes dos contratos administrativos a serem firmados, podendo optar por:

4.2.1. Pagamento individualizado às empresas consorciadas, onde a emissão de notas de empenho, liquidações e pagamentos será em nome de cada empresa consorciada, na proporção de sua participação no consórcio, conforme declarado no ato de constituição;





4.2.2. Pagamento à empresa líder do consórcio, onde a emissão de notas de empenho, liquidações e pagamentos diretamente será feita exclusivamente em nome da empresa líder do consórcio, desde que haja previsão expressa para a empresa líder receber os pagamentos e dar quitação em nome do consórcio;

4.2.3. Na hipótese prevista no item 4.2.1. a empresa líder deverá apresentar documento formal que comprove a autorização das demais empresas consorciadas para receber pagamentos e dar quitação em nome do consórcio, bem como procuração pública específica para este fim.

4.3. Quanto aos requisitos de habilitação, os CONSÓRCIOS, deverão apresentar as seguintes documentações:

4.3.1. **RELATIVO À HABILITAÇÃO JURÍDICA**, cada empresa dele integrante deve apresentar os documentos relacionados no item 1.;

4.3.2. **RELATIVO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, cada empresa dele integrante deve apresentar os documentos relacionados no item 2;

4.3.3. **RELATIVO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, cada empresa dele integrante deve apresentar os documentos relacionados no item 3;

4.3.3.1. Fica estabelecido um acréscimo de 10% (dez por cento) dos valores exigidos para a Licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, conforme previsto no art. 15, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.

4.3.3.2. O acréscimo previsto no item 4.3.3.1. não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, conforme previsto no art. 63, da Lei n.º 14.133/2021:**

5.1. As certidões, e demais documentos, que não possuírem prazo de validade fixado no próprio documento terão validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de expedição.

5.2. O licitante deverá apresentar declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

5.3. O licitante deverá apresentar declaração não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e do art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021.

5.4. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

5.5. As declarações citadas no item 5 deste anexo I do edital, poderão ser emitidas pela licitante em apartado ou por meio de declaração em campo próprio do sistema eletrônico PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL - COMPRAS.GOV.

5.6. Referente à **VISTORIA** a licitante deverá apresentar:

a) Declaração de Visita Técnica, conforme previsto no item 4.6 do Termo de Referência;

Ou,

b) Declaração pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e sobre o local do serviço, declaração formal assinada pelo responsável técnico, conforme previsto no item 4.6.6 do Termo de Referência.

6. Os documentos para **HABILITAÇÃO TÉCNICA** são os previstos no Termo de Referência.





MODELO - A

**MODELO - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(CONF. 14.133/2021)

.....de.....de .....

Ref.: Edital de (MODALIDADE DA LICITAÇÃO) N.º ...../.....

..... inscrita no CNPJ  
n.º....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a).....  
portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º....., **DECLARA**, para fins do  
disposto no art. 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da  
lei, **que esta empresa, na data de abertura do certame, se enquadra como:**

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

**DECLARA** que, nos termos do Art. 3º, §4º, da Lei Complementar n.º 123/2006, está ciente e compreende plenamente as  
vedações ao tratamento jurídico diferenciado, e atesta que não está sujeita às referidas vedações ao enquadramento como  
ME ou EPP.

**DECLARA** que no ano corrente não ultrapassou a receita bruta anual máxima prevista para EPP ou, caso tenha  
ultrapassado, não superou 20% (vinte por cento) do limite estabelecido para EPP, nos termos do Art. 3º, §9º e 9º-A, da Lei  
Complementar n.º 123/2006.

**DECLARA** que, conforme art. 4º, §2º, da Lei Federal 14.133/2021, para efeitos de habilitação neste certame, no ano  
corrente **não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta  
máxima admitida** para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**DECLARA** que, em caso de contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, compromete-se a observar o valor  
anual do contrato na aplicação dos limites previstos.

\_\_\_\_\_  
(local)/(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)





**MODELO - B**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

**DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

Declaro ter visitado a \_\_\_\_\_ na data a  
conforme previsto no Termo de Referência referente ao certame licitatório \_\_\_\_\_  
seguir indicada, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na formulação da  
proposta, reconhecendo todas as condições e peculiaridades técnicas dos serviços a serem executados. Declaro ter tomado  
conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do presente Termo.

Palmas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante da empresa)

**Acompanharam a visita:**

Lotação do Servidor: \_\_\_\_\_

Nome do servidor: \_\_\_\_\_

Cargo / matrícula: \_\_\_\_\_

**Horário da realização da visita:**

Início: \_\_\_\_\_

Término: \_\_\_\_\_





MODELO – C

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA  
CONTRATAÇÃO**

\_\_\_\_\_, (razão social da licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida  
no(a) \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, (representante da empresa e qualificação do mesmo, constando inclusive  
qual a função/cargo na empresa), portador(a) de CI/RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob  
as penas da Lei, que possui pleno conhecimento do objeto da Concorrência nº XXX/XXX, das condições e peculiaridades  
inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total RESPONSABILIDADE por esta declaração,  
ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza  
técnica e/ou financeira.

(Local e data)

Assinatura e carimbo  
(Responsável da empresa)





**ANEXO II**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO E RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**

**01. Do critério de julgamento (lembretes importantes):**

- a) Será vencedora a Licitante que atender as exigências do Edital e apresentar o **MAIOR DESCONTO**;
- b) A proposta deverá conter apenas duas casas decimais após a vírgula;
- c) por se tratar de modo de disputa ABERTO, o intervalo mínimo de percentuais, entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances INTERMEDIÁRIOS quanto em relação ao lance que COBRIR A MELHOR OFERTA será 0,01% (um centésimos por cento).

**02. Da participação:** Ampla Concorrência.

**03. Da Relação/Descrição dos serviços:**

ITEM	OBJETO	VALOR GLOBAL ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTAR (%)
1	Contratação semi-integrada de empresa especializada em construção civil, para elaboração dos projetos executivos, complementares e execução da construção do Hospital da Mulher e Maternidade em Araguatins - TO	R\$ 111.390.493,19	XX



ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA





PROCESSO: 2025/30550/000828

TERMO DE REFERÊNCIA - 24/2025/SES/SGA/DAEES

<b>SOLICITANTES</b>	
Superintendência de Gestão Administrativa. Diretoria de Arquitetura e Engenharia dos Estabelecimentos de Saúde.	
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<p><b>Fonte de Recursos:</b> 1.631.0000.000 e 1.500.1002.102  <b>Classificação Orçamentária:</b> 30550.10.302.1165.3120  <b>Natureza da Despesa:</b> 4.4.90.51  <b>Ação na LOA/PAS 2024:</b> 3120 – Ampliação da infraestrutura física de unidades de saúde.  <b>Programa do PPA:</b> 1165 – TO Cuidando da Saúde  <b>Detalhamento da Fonte:</b> 2.240459</p> <p><b>Ata de Registro de Preços:</b> ( ) SIM (X) NÃO</p>	
<b>SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	
<p><b>Ciente e de acordo:</b>  Palmas, 10/10/2025.</p> <p><b>LAIS REGINA RODRIGUES SANTOS</b>  Superintendente de Gestão Administrativa</p>	
<b>MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE</b>	
<p>Visto, etc...</p> <p><b>Após análise, decido:</b></p> <p>I. Aprovar o presente Termo de Referência;  II. Autorizar a realização da despesa, por meio de processo licitatório, se assim a Lei exigir;  III. Cumpra-se na forma da Lei;</p> <p style="text-align: right;">Palmas, 10/10/2025</p> <p style="text-align: center;"><b>CARLOS FELINTO JUNIOR</b>  Secretário de Estado da Saúde</p>	

# 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação semi-integrada de empresa especializada em construção civil, para elaboração dos projetos executivos, complementares e execução da construção do Hospital da Mulher e Maternidade em Araguatins - TO, a ser executado conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UND	VALOR ESTIMADO
Construção do Hospital da Mulher e Maternidade em Araguatins - TO	13.620,03	M²	R\$ 111.390.493,19

1.2 O objeto desta contratação é caracterizado como **OBRA**, conforme estabelecido art. 6º, inciso XII, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista ser uma atividade estabelecida, por força de Lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.





1.3 O prazo de vigência da contratação estimado é de 40 (quarenta) meses contados da data da publicação do Contrato em Diário Oficial, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.4 O Contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5 A contratação em tela possui previsão orçamentária e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA 2024-2027), com a Lei Orçamentária Anual (LOA-2025), bem como com a Programação Anual 2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

1.5.1 De modo específico à contratação enquadra-se ao descritivo do Programa e Ações e objetivo no PPA conforme citado abaixo:

PROGRAMA	AÇÃO	OBJETIVO
1165 – TO cuidando da Saúde.	3120 – Ampliação da infraestrutura física de unidades de saúde.	Ofertar assistência ambulatorial e hospitalar integrada e regionalizada à população no SUS.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Com o objetivo de descentralizar e ampliar o atendimento ofertado às mulheres, gestantes, puérperas e recém-nascidos da Macrorregião Norte, em especial a região de Saúde Bico do Papagaio, o Governo do Tocantins assegurou junto com o Governo Federal por meio do novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), recursos para a construção do Hospital da Mulher e Maternidade, em Araguatins - TO.

2.2 Atualmente, as gestantes da região enfrentam grandes dificuldades para receber atendimento qualificado, sendo frequentemente encaminhadas para hospitais de referência de municípios distantes. Isso acarreta atrasos no atendimento, risco de complicações clínicas e agravamento da morbimortalidade materna e neonatal. Além disso, a localização dos hospitais de referência faz com que as gestantes dos municípios mais distantes busquem atendimento nos estados circunvizinhos, como o Maranhão e o Pará, a fim de evitar percorrer grandes distâncias para receber atendimento e realizar procedimentos.

2.3 Tal cenário contraria os princípios da universalidade e integralidade do SUS, além de gerar impacto financeiro elevado à administração pública, tanto com o deslocamento de pacientes como com a sobrecarga de outras unidades hospitalares.

2.4 A construção do Hospital da Mulher e Maternidade em Araguatins trará uma nova referência no atendimento de alta complexidade disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde tocaninense. Será um Hospital de grande porte, bem equipado, objetivando priorizar o atendimento humanizado e a privacidade da mulher, desde as gestantes de risco habitual até as de alto risco e, principalmente, as que necessitam de um cuidado maior, como as vítimas de violência.

2.5 O Hospital da Mulher e Maternidade de Araguatins adotará um modelo assistencial pautado nas boas práticas e na humanização do atendimento ao parto e nascimento. A humanização da atenção obstétrica envolve diversas dimensões, entre elas a ambiência, entendida como a organização física e funcional dos espaços. Essa organização deve transformar o ambiente em um local acolhedor e favorável à implementação de boas práticas, possibilitando a participação ativa das usuárias e promovendo mudanças positivas nos processos, práticas e relações de cuidado.

2.6 Serão desenvolvidos ambientes que propiciem acolhimento, autonomia e protagonismo da mulher, presença da sua rede social e o cuidado integral para as gestantes, parturientes, puérperas e bebês. Assim como propiciar o acolhimento e a privacidade para aquelas mulheres que procuram o serviço em situação de abortamento e violência.

2.7 Para tanto, o Ministério da Saúde, por meio de sua equipe técnica, elaborou um robusto projeto referencial de arquitetura, com área de aproximadamente 11.000 m², capaz de atender as diversificadas nuances que envolvem o atendimento humanizado ao público alvo desta edificação.

2.8 Considerando que as obras pertencentes ao Novo PAC e possuem prazos de execução específicos, a Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES/TO) adotou o projeto referencial de arquitetura desenvolvido pelo Ministério da Saúde, com objetivo de dar maior celeridade ao trâmite licitatório.





2.9 Entretanto, dadas às características regionalizadas e as especificidades locais, os projetos complementares, que também foram disponibilizados pelo Ministério da Saúde, não puderam ser adotados. Sendo assim, necessário viabilizar novos projetos que atendam a realidade local.

2.10 Embora tenha sido aprovado o projeto básico de arquitetura, resta o desenvolvimento dos novos projetos executivos e complementares que fomentarão a execução da obra.

2.11 Portanto, torna-se imprescindível a contratação da execução do objeto para viabilizar a implantação de uma unidade hospitalar moderna, segura, funcional e com capacidade para prestar atendimento digno e humanizado às mulheres da região, contribuindo decisivamente para a redução das iniquidades em saúde e para o fortalecimento da regionalização dos serviços públicos de saúde no estado do Tocantins.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1 A solução proposta consiste na contratação, sob o regime de execução semi-integrada, de empresa especializada em construção civil com comprovada experiência em empreendimentos hospitalares, para elaboração de todos os projetos executivos e complementares, compatibilizados e integrados, e a execução completa da obra, com fornecimento de mão de obra, materiais, insumos, ferramentas e equipamentos necessários para implantação do Hospital da Mulher e Maternidade em Araguatins/TO, a partir do Projeto Básico de Arquitetura previamente elaborado pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES/TO).

3.2 A elaboração dos projetos e a execução da edificação hospitalar envolve infraestrutura técnica, normas sanitárias, acessibilidade, instalações prediais específicas e ambientes de alta sensibilidade clínica, exigindo assim expertise comprovada, além de capacidade operacional para garantir qualidade, agilidade e conformidade legal durante a execução.

3.3 Diante da complexidade técnica e regulatória dos serviços, que contrasta com a capacidade técnica da Secretaria de Estado da Saúde – SES/TO verificou-se que o corpo técnico da instituição não possui toda a expertise necessária. Isso resultaria em um prazo mais longo para o desenvolvimento dos projetos necessários. Além disso, a SES/TO não dispõe dos recursos adequados para executar a obra. Frente a essas limitações, optou-se pelo regime de contratação semi-integrada.

3.4 O regime semi-integrado, previsto no Inciso XXXIII, art. 6º da Lei Nº 14.133/2021, atribui à contratada a responsabilidade de transformar o projeto básico de arquitetura fornecido pela Administração em um conjunto completo de projetos executivos, incorporando soluções técnicas que garantam o melhor desempenho construtivo, funcional e operacional da edificação.

3.5 Essa abordagem permite que o desenvolvimento dos projetos seja realizado de forma integrada à realidade construtiva, mitigando riscos de incompatibilidades, retrabalhos e atrasos, além de assegurar que as soluções adotadas atendam às demandas assistenciais específicas de um hospital de alta complexidade voltado à saúde da mulher e ao cuidado materno-infantil.

3.6 A elaboração dos projetos e a execução da obra deverão atender integralmente às normas técnicas da ABNT, às exigências da legislação sanitária vigente, as normativas do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins (CBM/TO) e à legislação pertinente que se aplique ao objeto em questão vigente em âmbito federal, estadual e/ou municipal.

3.7 O Hospital da Mulher e Maternidade de Araguatins será composto por estrutura física moderna e funcional, com ambientes destinados à atenção integral à mulher, ao parto, ao puerpério e ao recém-nascido, observando os princípios da humanização, acessibilidade, segurança sanitária e eficiência operacional.

3.8 O prazo para elaboração dos projetos executivos e complementares é de 06 (seis) meses contados da data de publicação da Ordem de Serviços em Diário Oficial.

3.9 O prazo para execução da obra será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de autorização expressa da fiscalização para o início dos serviços, a qual ficará condicionada à aprovação dos projetos executivos. O prazo poderá ser prorrogado, mediante justificativa devidamente fundamentada, nos casos em que o objeto não puder ser concluído dentro do período inicialmente estabelecido no contrato.

3.10 O prazo de vigência da contratação estimado é de 40 (quarenta) meses contados da data da publicação do Contrato em Diário Oficial, podendo ser prorrogado, na forma do art. 111 da Lei Nº 14.133 de 2021, desde que devidamente justificado.

3.11 A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de autorização expressa da fiscalização para o início dos serviços, para mobilizar toda a equipe, equipamentos e recursos necessários à execução da obra.





- 3.12 A CONTRATANTE, visando ao interesse público e diante de atrasos verificados entre o cronograma previsto e serviços executados, poderá exigir da CONTRATADA a apresentação de um plano de recuperação de prazos, no qual deverão ser indicadas as ações corretivas necessárias à recomposição do cronograma, sem que disso resultem custos adicionais à CONTRATANTE.
- 3.13 A CONTRATADA deverá realizar avanço físico no cronograma físico detalhado todo 5º dia útil do mês e apresentar para a fiscalização através de reunião até o 10º dia útil do mês em horário combinado entre as partes.
- 3.14 Em caso de ADITIVO contratual que impacte em PRAZO, deverá a CONTRATADA apresentar prazo baseado na produtividade do SINAPI/SICRO (tabela de referência de preços) e no caso de inexistência de referência desta planilha pública, acordar prazo com a fiscalização com base em referência estudada por aquela e analisada pela fiscalização.
- 3.15 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 3.16 A CONTRATADA deverá garantir que todos os seus profissionais atuem com os devidos equipamentos de proteção individual (EPI) e instalar, quando necessário à execução dos serviços, equipamentos de proteção coletiva (EPC). A instalação de qualquer ancoragem para EPIs de trabalho em altura é de responsabilidade da CONTRATADA.
- 3.17 A CONTRATADA deverá designar um preposto Engenheiro Civil/ Arquiteto, sendo este profissional o principal responsável por acompanhar e direcionar o andamento da obra.
- 3.18 A CONTRATANTE poderá a qualquer momento realizar inspeções na execução da obra, levantar pendências e indicar impedimentos técnicos e de segurança na realização de quaisquer atividades.
- 3.19 A CONTRATADA não receberá remuneração referente a serviços com pendências observadas durante as inspeções da fiscalização.
- 3.20 A CONTRATADA deverá dispor de atendimento pós-obra, a qual deverá atender pendências observadas ao longo do uso da edificação pelo prazo, conforme consta nesse Termo de Referência.
- 3.21 A CONTRATADA deverá indicar qual será o meio de comunicação para solicitação de chamados de pendências pós-obra.
- 3.22 A contratada deverá garantir os serviços executados pelo prazo mínimo legal de 05 (cinco) anos para a obra civil, conforme o art. 618 do Código Civil.
- 3.23 A CONTRATADA terá até 30 (trinta) dias após o final da obra para entrega dos As built projetuais de arquitetura e complementares, se couber.
- 3.24 É responsabilidade da CONTRATADA realizar a compatibilização dos projetos executivos.
- 3.25 Demais informações referentes à execução da obra, etapas de fiscalização, medição, pagamentos, sanções, dentre outras, serão descritas com maior precisão nesse Termo de Referência e, por conseguinte no Edital.
- 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
- 4.1 Sustentabilidade
- 4.1.1. Explicitamos que a Secretaria de Estado da Saúde – SES/TO está em fase de elaboração do seu Plano Diretor de Logística Sustentável-PLS, e, portanto, para nortear esta contratação será utilizado o no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 4.1.2. A Contratação Sustentável é aquela que integra considerações socioambientais, culturais e de acessibilidade em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos.
- 4.1.3. A contratação sustentável na construção civil deve associar-se à prevenção na geração de resíduos, procurando-se, na fase de planejamento contratual, reduzir a quantidade de resíduos que serão gerados.
- 4.1.4. Destaque-se que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (documento em anexo ao Decreto N° 11.043/22), estabelece como orientações:





**"4.3.2. REDUÇÃO DA QUANTIDADE DE RESÍDUOS E REJEITOS  
ENCAMINHADOS PARA DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE  
ADEQUADA**

Diretriz 2A: Reduzir a geração de resíduos sólidos urbanos e aumentar a reutilização de produtos

Estratégia 12: Incentivar a inserção de critérios ambientais nas licitações públicas, orientando, quando viável técnica e economicamente, a aquisição de produtos reutilizáveis."

4.1.4.1. Tais orientações devem ser cumpridas pela contratada.

4.1.5. A sustentabilidade econômica em obras de engenharia é crucial para garantir que os projetos sejam viáveis financeiramente no longo prazo, além de minimizar impactos negativos e promover benefícios econômicos para as comunidades envolvidas. Aqui estão algumas práticas e considerações importantes que a contratada deverá seguir:

4.1.5.1. Reduzir o consumo de materiais e energia durante a execução da obra, isso não só economiza dinheiro, mas também reduz o impacto ambiental. Utilizar materiais sustentáveis e tecnologias eficientes pode resultar em economias significativas a longo prazo.

4.1.5.2. Avaliar o impacto ambiental e econômico de diferentes materiais e técnicas construtivas ao longo de todo o ciclo de vida da obra ajuda a tomar decisões mais sustentáveis e econômicas.

4.1.5.3. Incorporar novas tecnologias e práticas construtivas que possam melhorar a eficiência energética, reduzir desperdícios e otimizar processos construtivos pode resultar em economias financeiras substanciais.

4.1.6. Além dos critérios descritos, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.1.7. Deverá ser observada a Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

4.1.8. A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa/SLTI-MP, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber.

4.1.9. No caso de descarte e destinação ambientalmente adequada dos inservíveis, eventualmente utilizados e/ou substituídos na execução da reforma e ampliação, a contratada deverá proceder ao descarte e destinação ecologicamente correta.

4.1.10. A destinação final será responsabilidade da contratada e deverá ser realizada de acordo com a Lei Nº 12.305/2010 e o Decreto Nº 7.404/2010.

4.1.11. Caberá à CONTRATADA apresentar todos os certificados de licença de funcionamento ou de autorização especial, emitido pelos órgãos ou entidades competentes, necessários para a execução do objeto, bem como atender a todas as demais legislações pertinentes.

4.1.12. O tratamento de resíduos sólidos de uma obra é uma parte crucial da gestão ambiental e deve ser feito de forma responsável para minimizar os impactos negativos no meio ambiente e na saúde pública.

4.1.13. A contratada deverá empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

4.1.14. As obras e serviços de engenharia deverão respeitar as normas relativas à proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas (artigo 45, V da Lei Nº 14.133/2021).

4.1.15. É responsabilidade da CONTRATADA o Licenciamento Ambiental.

**4.2 Subcontratação**

4.2.1 Em conformidade ao Art. 122, §2º da Lei Nº 14.133/2021, na execução do Contrato, e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes dos serviços corretivos desde que previamente autorizada pela SES/TO.





- 4.2.2 Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Contrato.
- 4.2.3 A subcontratação não exclui a responsabilidade da contratada perante a contratante quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.
- 4.2.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.2.5 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.2.6 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.2.7 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 4.3 Garantia da Contratação**
- 4.3.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato. Devendo ser apresentada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a data de homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, nos termos do Art. 96, §3º da Lei Nº 14.133/21.
- 4.3.1.1 Por ser tratar de obra, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, nos termos do art. 59, 5º, da Lei Nº 14.133/2021.
- 4.3.2 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até 10 dias após a publicação do Contrato.
- 4.3.2.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.3.2.2 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.3.2.3 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.3.2.4 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro - garantia até 10 (dez) dias da publicação do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.3.2.5 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 4.3.2.6 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 4.3.3 Caso seja a garantia em dinheiro à modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.3.4 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.





- 4.3.5 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.3.6 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.3.7 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.3.8 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.3.8.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.3.8.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.3.8.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.3.9 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.3.10 No caso de alteração de vigência do Contrato, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.3.11 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.3.12 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.3.13 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.3.13.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.3.13.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.3.14 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.3.14.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Superintendência de Seguros Privados (Susep) do Governo Federal.
- 4.3.14.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.3.15 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.3.16 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.





4.3.17 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.3.18 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **4.4 Seguros contra riscos de engenharia e coletivo contra acidente de trabalho**

4.4.1 A CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da assinatura do Contrato, seguro contra riscos de engenharia com validade para todo o período de execução da obra, inclusive no caso de eventuais prorrogações, o qual deverá cobrir eventuais prejuízos de origem súbita e imprevista por qualquer causa, inclusive as avarias causadas por erros de projetos, desentulho e despesas extraordinárias.

4.4.2 Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a CONTRATADA responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à coisa pública, propriedades ou posse de terceiros, em decorrência da execução da obra.

4.4.3 A CONTRATADA deverá, ainda, na forma da lei, fazer e apresentar, no mesmo prazo estipulado no item anterior, seguro coletivo contra acidentes de trabalho, com validade para todo o período de execução da obra, correndo por sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, e regulado pelas Leis Nº 8.212/91 e Nº 8.213/91.

4.4.4 Será caracterizado como falha em sua execução, a não apresentação das apólices de seguro, contra riscos e engenharia e coletivo contra acidente de trabalho, que poderá dar ensejo à rescisão da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins.

#### **4.5 Empresas em forma de Consórcio**

4.5.1 Será admitida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, com o objetivo de ampliar a competitividade.

4.5.2 Para as empresas organizadas sob a forma de consórcio, deverá ser rigorosamente observado o disposto no art. 15 da Lei Nº 14.133, de 2021, conforme os itens a seguir:

4.5.2.1 Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

4.5.2.2 Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

4.5.2.3 Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

4.5.2.4 Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

4.5.2.5 Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do Contrato;

4.5.2.6 O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação;

4.5.2.7 O acréscimo previsto no item anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

4.5.2.8 O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso referido no item "4.4.2.1";

4.5.2.9 Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas;

4.5.2.10 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o Contrato.



#### **4.6 Vistoria**

4.6.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.6.2 Os interessados em realizar a vistoria prévia deverão realizar o agendamento através do E-mail: [licitacao@ageto.to.gov.br](mailto:licitacao@ageto.to.gov.br) com cópia para [slo.ageto@gmail.com](mailto:slo.ageto@gmail.com).

4.6.3 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6.4 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior a data prevista para a abertura da sessão pública.

4.6.5 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.6 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.6.7 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1 Condições de execução**

5.1.1. A contratada deverá realizar a execução do objeto, compreendendo:

##### **Elaboração dos projetos:**

5.1.1.1. Elaboração dos projetos executivos e complementares em acordo com os elencados abaixo:

5.1.1.1.1. Projeto Executivo de Arquitetura e Urbanismo;

5.1.1.1.2. Projeto de Combate a Incêndio e Pânico;

5.1.1.1.3. Projeto de Sistema de detecção de alarme de Incêndio;

5.1.1.1.4. Projetos de Instalações Hidrossanitárias (Sistema de abastecimento de água fria e quente, sistema de esgoto sanitário, sistema de drenagem pluvial e drenos de ar condicionado);

5.1.1.1.5. Projeto de Tratamento de Esgoto;

5.1.1.1.6. Projeto de Estrutura Metálica;

5.1.1.1.7. Projetos Estruturais (Estrutura de concreto armado, Fundação);

5.1.1.1.8. Projeto de Contenção/ Estabilidade de Taludes (desnível acima de 6,01m);

5.1.1.1.9. Projeto de Tratamentos (Impermeabilizações, Acústica, Isolamentos);

5.1.1.1.10. Projeto de Instalações Elétricas em baixa e média tensão;





- 5.1.1.1.11. Projeto de Subestação Abrigada com transformador a seco;
  - 5.1.1.1.12. Projeto de Grupo Motor Gerador (GMG);
  - 5.1.1.1.13. Projeto de Sistema de energia estabilizada por UPS;
  - 5.1.1.1.14. Projeto de PDA e SPDA;
  - 5.1.1.1.15. Projeto de Cabeamento Estruturado e Redes;
  - 5.1.1.1.16. Projeto de CFTV;
  - 5.1.1.1.17. Projeto de Sistema de Sonorização;
  - 5.1.1.1.18. Projeto de Sistema de IT médico e chamada de enfermagem;
  - 5.1.1.1.19. Projeto de Sistema de Relógio Sincronizado;
  - 5.1.1.1.20. Projeto Elétrico – Sistema de detecção de alarme de incêndio;
  - 5.1.1.1.21. Projeto Elétrico para iluminação externa (postes);
  - 5.1.1.1.22. Projeto de Climatização e Filtragem de Ar (Projeto de Rede Frigorígena, VRF/VRV, Água gelada, Split);
  - 5.1.1.1.23. Projeto de GLP ou GN;
  - 5.1.1.1.24. Projeto de Gases Medicinais/ Industriais;
  - 5.1.1.1.25. Projeto de Pavimentação;
  - 5.1.1.1.26. Projeto de Drenagem Pluvial (micro e macrodrenagem);
  - 5.1.1.1.27. Projeto de Segurança do Trabalho – NR18, NR12 e NR35 (PGR e PCMSO);
  - 5.1.1.1.28. Projeto de Arte Gráfica, Comunicação Visual, Sinalização;
  - 5.1.1.1.29. Licenciamento Ambiental (LP, LI, LO);
  - 5.1.1.1.30. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (PGRSCC).
- 5.1.1.2. Compatibilização dos projetos, garantindo que todas as disciplinas estejam devidamente integradas, de forma a eliminar conflitos durante a execução;
- 5.1.1.3. Desenvolvimento em plataforma BIM (Building Information Modeling), para assegurar maior integração, precisão e controle.
- 5.1.1.4. Apresentação das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) e cumprimento de todas as exigências de licenciamento junto aos órgãos competentes.



5.1.1.5. Todos os projetos deverão ser entregues, tanto para projetos executivos como para As Built:  
5.1.1.5.1. Em formato PDF digitalmente assinados;

5.1.1.5.2. Em formato digital editável, preferencialmente convertido nas extensões .dwg, .rvt e pasta de dados dos programas zipado.

5.1.1.6. Se faz necessário a entrega dos Projetos e do "As Built" com Atestado do Responsável Técnico (ART) pela elaboração e anuência do Fiscal de Projeto/Obra indicado pela SES/TO, pois o fiscal de contrato é o responsável por firmar/concordar a conformidade dos Projetos e em relação ao objeto final executado com o "As Built" elaborado.

5.1.1.7. Todos os projetos deverão ser enviados para aprovação da Administração.

#### **Execução da Obra**

5.1.1.8. Responsabilizar-se pela execução integral da obra civil conforme os projetos aprovados, garantindo o fornecimento de toda mão de obra, materiais, equipamentos e insumos necessários, com acompanhamento técnico especializado durante todas as etapas para assegurar a conformidade com os projetos e normas vigentes;

5.1.1.9. Garantir a realização completa da obra civil de acordo com os projetos aprovados, assegurando a qualidade dos serviços prestados, a pontualidade na execução e a conformidade com as especificações técnicas.

5.1.1.10. Emprego de materiais e técnicas construtivas compatíveis com os padrões de edificações hospitalares, priorizando durabilidade, facilidade de manutenção, conforto ambiental, segurança e controle sanitário;

5.1.1.11. Instalação de infraestrutura predial completa (sistemas elétrico, hidráulico, climatização, gases medicinais, cabeamento estruturado, etc.);

5.1.1.12. Assegurar o cumprimento rigoroso das normas de biossegurança hospitalar, acessibilidade universal, gestão de resíduos hospitalares e controle ambiental, conforme legislação vigente, além da realização de treinamentos obrigatórios para a equipe envolvida na obra acerca das normas e procedimentos aplicáveis.

#### **5.1.1.13. Gestão e controle da execução:**

5.1.1.14. Apresentação de cronograma físico-financeiro detalhado, metodologia executiva da obra e as ARTs/RRTs correspondentes;

5.1.1.15. Garantia da rastreabilidade dos materiais e insumos aplicados;

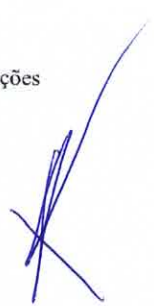
5.1.1.16. Manutenção de diário de obra, relatórios fotográficos e registros de medições;

5.1.1.17. Implementação de medidas de segurança do trabalho e proteção ambiental no canteiro de obras.

5.1.1.18. Será exigida a responsabilidade técnica por profissional legalmente habilitado, que deverá estar disponível durante toda a execução.

#### **5.1.1.19. Qualidade e desempenho:**

5.1.1.20. Atendimento aos níveis mínimos de desempenho estabelecidos pela NBR 15575 (Desempenho de Edificações Habitacionais), no que couber;





5.1.1.21. Garantia de qualidade nos processos construtivos, com procedimentos de controle tecnológico e ensaios laboratoriais;

5.1.1.22. Cumprimento dos prazos contratuais, metas intermediárias e indicadores de desempenho, sob pena de aplicação de penalidades contratuais em caso de atrasos injustificados.

## **5.2 Local e horário da prestação dos serviços**

5.2.1. Os serviços serão prestados na Rua Nero Macedo, s/n, Setor Irial (-56397658, -481212276), Araguatins – TO, CEP: 77950-000.

5.2.2. A execução da obra deverá observar os horários estabelecidos pela legislação local, de modo a garantir a segurança, a ordem pública, a preservação do meio ambiente e o sossego da comunidade.

5.2.3. A obra deve ser executada em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Araguatins e demais normas municipais aplicáveis.

## **5.3 Materiais a serem disponibilizados**

5.3.1 Para a perfeita execução da construção do Hospital da Mulher e Maternidade de Araguatins, o contratado deverá fornecer todos os materiais, ferramentas, insumos e equipamentos necessários, nas quantidades estimadas e qualidades presentes no projeto básico de arquitetura, memorial descritivo, orçamento sintético e qualquer outro documento técnico que venha a compor o Processo.

## **5.4 Informações importantes para o dimensionamento da proposta**

5.4.1 As propostas deverão ser compostas considerando-se a elaboração dos projetos executivos elencados no subitem 5.1.3.1, bem como a emissão das licenças e execução da obra, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com: mobilização e desmobilização, transporte de pessoal administrativo, alimentação e todos os tipos de prestação de serviço/mão de obra necessários para que as equipes técnicas e profissionais possam realizar seus serviços devidamente e com a fiel segurança, incluindo as previstas em leis sociais, seguros, fretes, impostos de qualquer natureza, lucro e outros encargos ou acessórios.

5.4.2 A CONTRATADA será responsável pela elaboração e aprovação dos projetos executivos e complementares em qualquer órgão de controle que se fizer necessário, devendo estes projetos estarem de acordo com as exigências descritas no Projeto Básico de Arquitetura, Termo de Referência e Edital.

5.4.3 A CONTRATADA será responsável pela execução integral da obra civil, incluindo fundações, superestrutura, alvenarias, cobertura, esquadrias, acabamentos, impermeabilização, instalações elétricas e hidráulicas, climatização, sistemas de exaustão e filtragem de ar, redes de gases medicinais, combate a incêndio, entre outros sistemas hospitalares. A obra deverá estar de acordo com o projeto básico de arquitetura e com as exigências descritas no Termo de Referência e Edital.

5.4.4 A CONTRATADA será responsável pela emissão das licenças para início e entrega do objeto, independente de menção, destaca-se a Licença Prévia (L.P.), Licença de Instalação (L.I.) e Licença de Operação (L.O.).

5.4.5 Conforme mencionado no tópico 4.5 deste Termo de referência, recomenda-se que o licitante realize visita técnica no terreno onde será construído o Hospital da Mulher e Maternidade de Araguatins, para tomar ciência das condições estruturais, operacionais e das necessidades específicas para reforma e ampliação da unidade, a fim de assegurar a adequada elaboração da proposta e o pleno atendimento aos requisitos estabelecidos neste.

5.4.6 Mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico (art. 46, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

## **5.5 Especificação da garantia do serviço**

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5.2. A contratada deverá prestar garantia com prazo não inferior a 5 (cinco) anos, a contar do recebimento definitivo da obra, para mão de obra e serviços conforme prevê o Art. 140, § 6º da Lei 14.133/21 e do artigo Art. 618 do Código Civil, com aplicação supletiva lastreada no Art. 89 da lei nº 14.133/21, devendo-se observar os padrões mínimos de desempenho preconizados na NBR 15.575/2013.

5.5.3. A contratada deverá prestar garantia não inferior a 1 (um) ano, a partir do recebimento definitivo, para equipamentos e materiais, exceto àquela cuja garantia emitida pelo fabricante seja diversa deste período.

**5.6 Fornecimento de uniforme, equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamento de proteção coletiva (EPC)**

5.6.1. É responsabilidade da Contratada fornecer todos os materiais necessários para que os profissionais desempenhem suas funções em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

5.6.2. É responsabilidade da Contratada fornecer os uniformes a seus empregados que deverão estar condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

5.6.3. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante.

5.6.4. Os uniformes deverão ser substituídos sempre que apresentarem avarias ou sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação.

5.6.5. É responsabilidade da Contratada disponibilizar Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC necessários à execução dos serviços, devendo manter registro de entrega nominal a cada funcionário, o controle da qualidade e o uso adequado.

**5.7 Procedimentos de transição e finalização do Contrato**

5.7.1. A finalização contratual deverá ocorrer de forma planejada, assegurando a entrega da obra conforme as especificações contratuais, com a devida documentação técnica e a garantia da integridade física e funcional da edificação reformada e ampliada. Para isso, serão observados os seguintes procedimentos:

5.7.1.1. Recebimento provisório:

5.7.1.1.1. Concluída a execução dos serviços, a contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização da SES/TO e solicitar o recebimento provisório, conforme disposto no art. 140 da Lei Nº 14.133/2021.

5.7.1.1.2. A equipe técnica designada fará a vistoria técnica in loco, verificando o cumprimento integral das obrigações contratuais, qualidade da execução, funcionamento dos sistemas e atendimento às normas técnicas.

5.7.1.1.3. Será lavrado um termo de recebimento provisório, se constatada a conformidade da obra com o projeto, o memorial descritivo, as planilhas e as especificações técnicas.

5.7.1.2. Prazo de observação e garantia:

5.7.1.2.1. Após o recebimento provisório, terá início o período de observação (de 90 dias em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor), durante o qual a contratada será responsável por corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas ou defeitos eventualmente identificados.

5.7.1.3. Recebimento Definitivo

5.7.1.3.2. Finalizado o período de observação, não havendo pendências, será emitido o termo de recebimento definitivo, atestando a aceitação plena da reforma e ampliação.





5.7.1.3.2. Para isso, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

- As-built (projeto executivo atualizado com alterações eventualmente realizadas);
- Laudos e certificados técnicos exigidos (como testes elétricos, de estanqueidade, etc.);
- Certidões negativas de débitos trabalhistas e previdenciários;
- Declaração de quitação de encargos trabalhistas e sociais com os trabalhadores alocados na obra;
- Comprovação da destinação ambientalmente correta dos resíduos de construção.

5.7.1.4. Encerramento Contratual:

5.7.1.4.1. O contrato será formalmente encerrado após o recebimento definitivo, desde que:

- Não haja pendências técnicas, documentais ou financeiras;
- Todas as obrigações contratuais tenham sido plenamente cumpridas;
- Tenha sido processada a prestação de contas, com a devida liquidação financeira.

5.7.1.5. Responsabilidade Pós-encerramento:

5.7.1.5.1. A empresa permanecerá responsável pelas obrigações decorrentes da garantia legal e contratual do objeto, devendo manter canal de contato e atendimento durante o período estipulado.

5.7.1.5.2. Qualquer vício ou defeito identificado após o encerramento do contrato, mas dentro do prazo de garantia, deverá ser corrigido pela contratada, sob pena de responsabilização civil, administrativa e eventual penal.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 A empresa vencedora terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após formalmente convidada, para assinar o Contrato.

6.2.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

6.2.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

6.3 Após a assinatura do Contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contrato, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.3.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.



6.3.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.3. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **6.4. Preposto**

6.4.1. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.4.2. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.4.3. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **6.5. Rotinas de fiscalização**

6.5.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.5.2. A equipe de fiscalização do Contrato, em conformidade ao Decreto Nº 11.246/2022, será composta por:

6.5.2.1. Gestor de Contrato, a quem compete à coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

6.5.2.2. Fiscal técnico, a quem compete o acompanhamento do Contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

6.5.2.3. Fiscal Administrativo, a quem compete o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do Contrato Administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

6.5.3. A equipe de fiscalização deverá atuar em conformidade com o Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023 que regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

#### **6.6. Fiscalização Técnica**

6.6.1. O fiscal técnico do Contrato será nomeado oportunamente, nos termos das legislações pertinentes, pela Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura – AGETO, instituído como interveniente em conformidade ao Art. 38 do Decreto Nº 6.898, de 07 de fevereiro de 2025.

6.6.1.1. O fiscal técnico do Contrato deverá ser um profissional da Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura, engenheiro ou arquiteto com regulamentação nos devidos conselhos profissionais.

6.6.2. O fiscal técnico do Contrato acompanhará a execução do Contrato e deverá possuir expertise na área da construção civil, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.3. O fiscal técnico do Contrato anotar no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.4. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do Contrato emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.5. Em caso de descumprimento das notificações ou de reincidência, deverão ser aplicadas sanções à Contratada, conforme as disposições previstas neste Termo de Referência.



6.6.6 O fiscal técnico do Contrato informará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do Contrato.

6.6.8. O fiscal técnico do Contrato comunicará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.6.10. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP Nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME Nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### 6.7 Fiscalização Administrativa

6.7.1 O fiscal administrativo do Contrato será nomeado oportunamente pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES/TO), nos termos da legislação pertinente, e deverá ser integrante do quadro de profissionais da Diretoria de Arquitetura e Engenharia dos Estabelecimentos de Saúde (DAEES).

6.7.2 O fiscal administrativo do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.3 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.7.4 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.7.4.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.7.4.2 Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

6.7.4.3 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do Contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o disposto no Decreto Nº 11.246/22;

6.7.4.4 Auxiliar o gestor do Contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no Decreto Nº 11.246/22.

#### 6.8 Gestor do Contrato

6.8.1 O gestor do Contrato será o Ordenador de Despesas da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES/TO), nos termos das legislações pertinentes, responsável por gerir e supervisionar a execução do contrato, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais e a adequada utilização dos recursos públicos.

6.8.2 Cabe ao gestor do Contrato:

6.8.2.1 Coordenar a atualização do Processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.2.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do Contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.



6.8.2.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.2.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.2.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8.2.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.8.2.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato.

6.8.3 Receber e dar encaminhamento imediato:

6.8.3.1 Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto Nº 12.174/2024;

6.8.3.2 À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1 Será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produzir os resultados acordados;

7.2.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.2.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1 Somente poderão ser medidos os serviços efetivamente executados e concluídos em sua totalidade;

7.3.2 A verificação da conformidade do serviço executado será realizada com base no projeto básico de arquitetura e no memorial descritivo em anexo aos autos, e nos projetos executivos que serão elaborados pela contratada.

7.3.3 A execução só será considerada finalizada, após vistoria e aprovação do Fiscal do Serviço e/ou Gestor do Contrato;

7.3.4 Depois de constatada pela equipe de fiscalização, a completude dos serviços previamente apresentados, a Contratada poderá proceder com a emissão da Nota Fiscal bem como do Relatório de Medição.

7.4 Do recebimento

7.4.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a partir do comunicado de conclusão da contratada, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.



- 7.4.1.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 7.4.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 7.4.2 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga.
- 7.4.3 O fiscal técnico do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.4.4 O fiscal administrativo do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.4.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada medição:
- 7.4.5.1. O fiscal técnico do Contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato;
- 7.4.5.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do Contrato.
- 7.4.6 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.4.7 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.4.8 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.4.9 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.4.10 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.4.11 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do Contrato para recebimento definitivo.
- 7.4.12 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90 (noventa dias) dias, a contar do recebimento provisório, salvo justificativa expressa e aceita pela Administração. A entrega definitiva ocorrerá por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 7.4.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.4.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;





7.4.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.4.12.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.4.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.4.13 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4.14 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.4.15 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

#### **7.5. Prazo de pagamento**

7.5.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da do recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestado, tendo em vista ser discricionário ao Gestor, conforme estabelecido no Decreto Estadual Nº 6.606/2023.

7.5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar definitivamente a execução do objeto do Contrato.

7.5.3. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **7.6. Forma de pagamento**

7.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **7.7. Reajuste**

7.7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com data base dezembro de 2025.

7.7.2. Após o interregno de um ano, e mediante solicitação da contratada, os preços iniciais contratados serão reajustados, mediante aplicação pelo contratante, do índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





$$R = P \cdot \frac{I_m - I_0}{I_0}$$

Onde:

R = Parcela de reajustamento procurado;  
Im = Índice relativo ao da data do adimplemento da obrigação;  
I0 = Índice inicial – referente ao índice de custo ou de preço correspondentes à data fixada para entrega da proposta da licitação;  
P = Preço unitário contratado.

7.7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:



- 8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 8.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.
- 8.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 7% (sete por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;





- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros Contratos Administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, conforme Inciso II, Art. 28º e Inciso II, Art. 33º da Lei Nº 14.133/21.

9.1.2. A escolha dessa modalidade e do critério de julgamento pelo maior desconto justifica-se pela sua capacidade de promover o melhor aproveitamento dos recursos públicos, ao incentivar propostas economicamente mais vantajosas para a Administração.

9.1.3. Tal critério estimula a competitividade entre os licitantes, incentivando a apresentação de soluções que resultem em redução de custos sem prejuízo da qualidade técnica e da eficiência na execução do objeto contratual. Dessa forma, assegura-se a observância dos princípios da economicidade, eficiência e isonomia, garantindo a seleção da proposta que proporcione maior benefício financeiro e operacional para o interesse público. Além de proteger a administração da possibilidade de jogo de planilha, evitando possíveis desequilíbrios na execução financeira, uma vez que o desconto é aplicado de forma linear em todos os itens do orçamento.

### **9.2. Regime de execução**

9.2.1. O regime de execução do objeto será de CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA, conforme disposto no Inciso XXXIII, art. 6º, da Lei Nº 14.133/21, que estabelece a definição e aplicabilidade dessa modalidade contratual no âmbito das contratações públicas.



**9.3. Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3.1. Para o regime de execução acima citado, o critério de aceitabilidade de preços será o Valor Global estimado para a contratação.

9.3.2. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

**9.4. Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação Jurídica**

9.6. A documentação a ser apresentada para habilitação jurídica estará definida no Edital de Licitação.

**Habilitação Fiscal, social e trabalhista**

9.7. A documentação a ser acrescentada para habilitação fiscal, social e trabalhista estará definida no Edital de Licitação.

**Qualificação Econômico-financeira**

9.8. A documentação a ser acrescentada para habilitação econômico-financeira estará definida no Edital de Licitação.

**Qualificação Técnica**

9.9. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.9.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.10. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade.

9.10.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.10.2. No caso da sede da empresa vencedora estar registrada no Conselho Regional diferente do local da obra, deverá ser procedido o registro perante o Conselho da região da obra em conformidade com o disposto na Resolução CONFEA nº 413, de 27 de junho de 1997.

9.11. Declaração formal de disponibilidade da equipe técnica especializada que se responsabilizará pelos serviços constantes do objeto desta contratação, devendo constar nesta relação todos os profissionais que serão os responsáveis pela obra, bem como declaração de disponibilidade de instalações e de aparelhamento adequados e disponíveis para a realização da obra, nos termos do Art. 67, III da Lei Nº 14.133/21.

**Qualificação Técnico – Operacional**

9.12. Para fins de comprovação de qualificação técnico – operacional a empresa vencedora do certame deverá apresentar:

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060  
Site: [www.aget.to.gov.br](http://www.aget.to.gov.br) E-mail: [licitacao@aget.to.gov.br](mailto:licitacao@aget.to.gov.br)





- 9.12.1. Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente (CREA ou CAU), que comprovem capacidade operacional na execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao do objeto desta contratação, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do §3º
- 9.12.1.1. Para fins da comprovação de que trata o item acima, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:
- 9.12.1.1.1. Elaboração de projeto executivo de arquitetura para edificações hospitalares, equivalente a no mínimo 35% de área do objeto da contratação.
- 9.12.1.1.2. Elaboração de projeto executivo de estrutural (estrutura de concreto armado, fundação) para edificações, equivalente a no mínimo 35% de área do objeto da contratação.
- 9.12.1.1.3. Elaboração de projeto executivo de estrutura metálica para edificações, equivalente a no mínimo 35% de área do objeto da contratação.
- 9.12.1.1.4. Elaboração de projeto executivo de instalações hidrossanitárias para edificações hospitalares, equivalente a no mínimo 35% de área do objeto da contratação.
- 9.12.1.1.5. Elaboração de projetos de instalações elétricas, contendo IT Médico, cabeamento estruturado, SPDA e chama de emergência para edificações hospitalares, equivalente a no mínimo 35% de área do objeto da contratação.
- 9.12.1.1.6. Elaboração de projeto de climatização com sistema de filtragem absoluta para edificações hospitalares, equivalente a no mínimo 35% de área do objeto da contratação.
- 9.12.1.1.7. Elaboração de projetos de instalação de rede de gases medicinais (oxigênio, ar comprimido, óxido nítrico e vácuo) e GLP para edificações hospitalares, equivalente a no mínimo 35% de área do objeto da contratação.
- 9.12.1.1.8. Elaboração de planilhas orçamentárias de obras para edificações, equivalente a no mínimo 35% de área do objeto da contratação.
- 9.12.1.1.9. Execução de construção de edificação hospitalar, equivalente a no mínimo 35% de área do objeto da contratação.
- 9.13. Não serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados, considerando a **complexidade técnica da execução do objeto contratual**, que exige experiência prévia comprovada em contratos de porte similar, realizados de forma integral por um único executor.
- 9.14. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.15. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 9.16. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 9.17. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 9.18. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei Nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

**Qualificação Técnico – profissional**

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060  
Site: [www.ageto.to.gov.br](http://www.ageto.to.gov.br) E-mail: [licitacao@ageto.to.gov.br](mailto:licitacao@ageto.to.gov.br)



- 9.19. Pra fins de comprovação de qualificação técnico – profissional a empresa vencedora do certame deverá:
- 9.19.1. Apresentar o(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA ou CAU), detentor(es) de atestado (s) de capacidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes:
- 9.19.1.1. O(s) profissional(is) deverão ser da área de Engenharia e/ou Arquitetura.
- 9.19.1.2. O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante deverá(ão) apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente reconhecido(s) por meio de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) emitida(s) pelo Conselho Profissional competente (CREA ou CAU), para fins de comprovação da aptidão técnica exigida, contendo, no mínimo, as seguintes características:
- 9.19.1.2.1. Elaboração de projetos de arquitetura para edificações hospitalares, com área equivalente a, no mínimo, 35% da área total do objeto desta contratação.
- 9.19.1.2.2. Elaboração de projeto estrutural executivo (estrutura de concreto armado, fundação) para edificações, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação.
- 9.19.1.2.3. Elaboração de projetos de estrutura metálica para edificações, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação.
- 9.19.1.2.4. Elaboração de projeto executivo de instalações hidrossanitárias para edificações hospitalares, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação.
- 9.19.1.2.5. Elaboração de projetos de instalações elétricas, contendo IT Médico, cabeamento estruturado, SPDA e chama de emergência para edificações hospitalares, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação.
- 9.19.1.2.6. Elaboração de projeto de climatização com sistema de filtragem absoluta para edificações hospitalares, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação.
- 9.19.1.2.7. Elaboração de projetos de instalação de rede de gases medicinais (oxigênio, ar comprimido, óxido nitroso e vácuo) e GLP para edificações hospitalares, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação.
- 9.19.1.2.8. Elaboração de planilhas orçamentárias de obras para edificações, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação.
- 9.19.1.2.9. Experiência comprovada em licenciamento ambiental de edificações hospitalares;
- 9.19.1.2.10. Execução de infraestrutura (concreto armado, forma e armadura) para edificações, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação.
- 9.19.1.2.11. Execução de superestrutura (concreto, forma e armadura) para edificações, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação..
- 9.19.1.2.12. Execução de alvenaria, vedações e divisórias para edificações, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação.
- 9.19.1.2.13. Execução de instalações elétricas de baixa, média tensão e SPDA para edificações, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação.
- 9.19.1.2.14. Execução de instalações contendo IT médico, chamada de enfermagem, cabeamento estruturado para edificações hospitalares, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação.
- 9.19.1.2.15. Execução de instalações elétricas de alimentadores elétricos, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação.
- 9.19.1.2.16. Execução de instalações de climatização com sistema de filtragem absoluta para edificações hospitalares, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação.
- 9.19.1.2.17. Execução de instalação de rede gases medicinais (oxigênio, ar comprimido, óxido nitroso e vácuo) e GLP para edificações hospitalares, equivalente a, no mínimo, 35% de área do objeto da contratação.
- Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060  
Site: [www.aget.to.gov.br](http://www.aget.to.gov.br) E-mail: [licitacao@aget.to.gov.br](mailto:licitacao@aget.to.gov.br)



9.19.1.2.18. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei Nº 14.133, de 2021).

9.19.1.3. Para fins de comprovação da equipe técnica relacionada acima, a empresa poderá apresentar cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a empresa como contratante, ou do contrato social da empresa em que conste o profissional (s) como sócio, ou do contrato de trabalho ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado com ciência do mesmo.

9.19.1.4. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.19.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.19.1.6. Os itens constantes neste Tópico são excludentes e caso a empresa não apresente será desclassificada do processo licitatório.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.20. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.21. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.22. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.23. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.24. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Justificativa da habilitação técnica**

9.25. As exigências elencadas neste Termo de Referência estão alicerçadas no art. 67 da Lei Nº 14.133/2021.

9.26. Tais exigências visam obter mão de obra qualificada, mitigando a chance de execuções de baixa qualidade, protegendo a SES-TO de possíveis vícios de execução.

9.27. Ressaltamos ainda que, as exigências são usuais em diversos Editais de licitações da União e Estados da Federação.

#### **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado para a execução do objeto, que corresponde ao valor máximo aceitável para a contratação, perfaz o montante de **R\$ 111.390.493,19 (cento e onze milhões trezentos e noventa mil quatrocentos e noventa e três reais e dezenove centavos)**.

10.2. O valor estimado da contratação encontra-se devidamente fundamentado em orçamento sintético, elaborado por meio de estimativa de preços baseada em estudos de contratações públicas similares, devidamente compatibilizadas quanto às características técnicas, porte, complexidade e regime de execução, com aplicação dos índices oficiais de atualização monetária, bem como, composições de custos unitários, contemplando insumos, mão de obra, equipamentos, encargos sociais, despesas indiretas e Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, tendo como data-base dezembro de 2025, de modo a refletir os valores praticados no mercado, em conformidade com as diretrizes da Lei Nº 14.133/2021 e com o entendimento





consolidado no o Decreto Nº 7.983/2013 e suas atualizações, bem como com os Acórdãos Nº 2.369/2011 e Nº 2.622/2013 do Tribunal de Contas da União.

10.3. A planilha orçamentária estimativa, a pesquisa de preços/cotações, o cronograma físico-financeiro e o cálculo do BDI, acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do profissional legalmente habilitado pela elaboração dos referidos documentos, integram os anexos deste Termo de Referência, constituindo elementos essenciais para a transparência e a consistência da estimativa de custos da contratação.

## 11. BONIFICAÇÃO DE DESPESAS INDIRETAS – BDI

11.1. Seguindo as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), especialmente os Acórdãos nº 2.622/2013 – Plenário e nº 2.369/2011 – Plenário, foram estabelecidos dois valores distintos de BDI, sendo um aplicável aos serviços de execução de obras civis e outro destinado à aquisição de equipamentos e montagens eletromecânicas.

11.2. A adoção de BDIs diferenciados em um mesmo contrato administrativo encontra amparo técnico e jurídico no fato de que os componentes de custos indiretos, tributos, riscos e remuneração do capital apresentam natureza e incidência distintas entre as atividades de execução de obras civis e fornecimento de equipamentos/montagens, não sendo adequada a aplicação de um único percentual para ambos.

11.3. O percentual do BDI adotado como parâmetro por esta Secretaria para a remuneração dos serviços de obras civis é de 30,11% (trinta vírgula onze por cento), considerando a estrutura típica de custos indiretos, tributos e margem de lucro estabelecida em consonância com as diretrizes do TCU.

11.4. O percentual do BDI adotado como parâmetro por esta Secretaria para a aquisição de equipamentos e montagens eletromecânicas é de 21,55% (vinte e um vírgula cinquenta e cinco por cento), refletindo a menor incidência de encargos indiretos, encargos sociais e riscos empresariais sobre o fornecimento e instalação desses itens.

11.5. A licitante deverá apresentar a composição detalhada de seus BDIs, demonstrando separadamente as parcelas de despesas indiretas, tributos, custos financeiros, seguros, riscos e lucro, de modo a assegurar a transparência e rastreabilidade da formação do preço ofertado, conforme previsto no art. 23, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021 e nas boas práticas de orçamentação pública.

11.6. Para a composição do BDI recomendamos a utilização da fórmula sugerida pelo Acórdão Nº 2622/2013:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

onde:  
AC = taxa de administração central  
S = taxa de seguros  
R = taxa de riscos  
G = taxa de garantias  
DF = taxa de despesas financeiras  
L = taxa de lucro/remuneração  
I = taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS e ISS)

11.7. É vedada a aplicação de percentuais de IRPJ e CSLL, em consoante entendimento do TCU (Acórdão 325/2007).

11.8. A fórmula utilizada deverá respeitar os critérios e os parâmetros de aceitabilidade da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

12.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

12.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;





- 12.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021;
- 12.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 12.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e no Termo de Referência;
- 12.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 12.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 12.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 12.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias.
- 12.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 12.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021.
- 12.13. Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 12.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 12.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 12.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 12.15.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- 12.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 12.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- 12.15.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
- 12.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 12.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 12.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 12.19. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



### 13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente, seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 13.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.
- 13.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 13.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 13.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 13.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;
- 13.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 13.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 13.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 13.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 13.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 13.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 13.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,
- Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060  
Site: [www.agero.to.gov.br](http://www.agero.to.gov.br) E-mail: [licitacao@agero.to.gov.br](mailto:licitacao@agero.to.gov.br)



previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

13.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

13.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

13.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual;

13.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

13.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;

13.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

13.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

13.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

13.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto Nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

13.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme disposto no art. 2º, do Decreto Nº 12.174, de 11 de setembro de 2024;

13.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

13.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

13.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

13.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021;

13.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13.1.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;





- 13.1.29. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 13.1.30. Apresentar ao Contratante, a relação nominal dos empregados que realizarão a execução dos serviços/obra;
- 13.1.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 13.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 13.1.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 13.1.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 13.1.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 13.1.36. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 13.1.37. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente (CREA ou CAU), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 13.1.38. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 13.1.39. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 13.1.40. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 13.1.41. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto N° 5.975, de 2006.
- 13.1.42. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP N° 1, de 19/01/2010.
- 13.1.43. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução N° 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP N° 1, de 19/01/2010.
- 13.1.44. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 13.1.45. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA N° 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 13.1.45.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- 13.1.45.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.





13.1.45.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.1.45.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.1.46. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

13.1.47. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR Ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

13.1.48. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

13.1.48.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

13.1.48.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliações do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA N° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

13.1.49. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

13.1.50. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

13.1.51. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

13.1.52. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

13.1.53. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo Contratado, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

13.1.53.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas no Projeto Básico de Arquitetura, Termo de Referência e seus anexos, e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

#### **14. ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

14.1. Nos possíveis casos de alterações contratuais deverá seguir o disposto no Capítulo VII – "Da Alteração dos Contratos e dos Preços", Art. 124º à 136º, Lei N° 14.133/2021.

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060  
Site: [www.ageto.to.gov.br](http://www.ageto.to.gov.br) E-mail: [licitacao@ageto.to.gov.br](mailto:licitacao@ageto.to.gov.br)





14.2. Havendo necessidade, o Contrato poderá ser alterado mediante prévia justificativa aceita pela superior autoridade competente, observadas as disposições do art. 124 da Lei Nº 14.133/21, bem como as demais disposições legais pertinentes, no que couber.

14.3. Por se tratar de contratação semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

14.3.1. Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

14.3.2. Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei Nº 14.133/21;

14.3.3. Por necessidade de alteração do projeto, nos termos do § 5º do art. 46 da Lei Nº 14.133/21;

14.3.4. Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

## **15. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

15.1. Conforme o Cronograma Físico Financeiro inserido nos autos, destina-se tempos distintos para entrega do objeto desta contratação, sendo estes:

15.1.1. Para entrega dos Projetos Executivos e Complementares será previsto prazo máximo de 06 (seis) meses, contados a partir da data da publicação da Ordem de Serviço em Diário Oficial;

15.1.2. O prazo para execução da obra é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de autorização expressa da fiscalização para o início dos serviços, a qual ficará condicionada à aprovação dos projetos executivos, podendo ser prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, desde que devidamente justificado.

15.1.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de autorização expressa da fiscalização para o início dos serviços, para mobilizar toda a equipe, equipamentos e recursos necessários à execução da obra.

15.1.4. O prazo de vigência da contratação estimado é de 40 (quarenta) meses contados da publicação do Contrato em Diário Oficial, podendo ser prorrogado, na forma do art. 111 da Lei Nº 14.133 de 2021, desde que devidamente justificado.

15.1.4.1 A definição de vigência contratual superior à soma dos prazos executórios decorre da necessidade de contemplar, de forma preventiva e responsável, outras etapas essenciais à boa execução contratual, tais como a mobilização inicial e organização do canteiro, a tramitação e obtenção de licenças, autorizações e alvarás, análises técnicas, revisões e eventuais ajustes de projeto, possíveis interferências previsíveis em empreendimentos de grande porte, bem como os procedimentos de recebimento provisório e definitivo da obra.

## **16. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

16.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.2. Quando a não conclusão da elaboração dos projetos executivos e da execução da obra em prazo estabelecido no cronograma físico-financeiro decorrer de culpa da Contratada:

16.2.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

16.2.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

16.3. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. São motivos:

16.3.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;





- 16.3.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- 16.3.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o Contrato;
- 16.3.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- 16.3.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato;
- 16.3.6. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do projeto básico de arquitetura que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- 16.3.7. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- 16.3.8. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- 16.3.9. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 16.4. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- 16.4.1. supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido;
- 16.4.2. suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- 16.4.3. repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- 16.4.4. atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- 16.4.5. não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
- 16.5. As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 16.2.2, 16.2.3 e 16.2.4 observarão as seguintes disposições:
- 16.5.1. não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- 16.5.2. assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Nº 14.133/2021.
- 16.6. A extinção do contrato poderá ser:
- 16.6.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;



16.6.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

16.6.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

16.8. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

16.8.1. devolução da garantia;

16.8.2. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

16.8.3. pagamento do custo da desmobilização.

16.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

16.9.1. assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

16.9.2. ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

16.10. execução da garantia contratual para:

16.10.1. ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

16.10.2. pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

16.10.3. pagamento das multas devidas à Administração Pública;

16.10.4. exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

16.10.5. retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

16.11. A aplicação das medidas previstas nos subitens 16.4.1 e 16.4.2, ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

16.12. Na hipótese do subitem 16.4.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

16.13. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

16.14. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **17. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **Especificações dos projetos**





- 17.1. Os projetos deverão ser elaborados com vistas à aprovação junto à fiscalização, Prefeitura, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, CAIXA Econômica Federal e demais órgãos que se fizerem necessários e execução concomitante dos estudos, avaliação de impactos ambientais, plano de controle ambiental, relatório de controle ambiental, planos de gerenciamento de resíduos sólidos da saúde, planos de controle de obra e programas ambientais.
- 17.2. As exigências contidas neste Termo de Referência não substituem, modificam, complementam ou regulamentam os dispositivos legais em vigor no âmbito federal, estadual ou municipal, devendo ser observada as legislações e normas complementares dos órgãos ambientais competentes.
- 17.3. O padrão da construção e o nível de acabamento esperado deverão obedecer ao memorial de especificações técnicas fornecidas.
- 17.4. Todos os projetos deverão obedecer ao Projeto Básico de Arquitetura fornecido pela contratante e devem ser discutidos e definidos anteriormente a elaboração e nas demais etapas dos projetos.
- 17.5. As alterações possíveis e comprovadamente necessárias aos projetos no decorrer da obra deverão ser aprovadas pela fiscalização.
- 17.6. Todos os materiais devem estar devidamente especificados no projeto.
- 17.7. Os projetos deverão ser aprovados pelos órgãos competentes.
- 17.8. Deverão ser obedecidas:
- 17.8.1. Normas da ABNT.
- 17.8.2. Legislações pertinentes ao fim a que se destina a obra.
- 17.8.3. Resolução RDC-50/02 e RDC 189/03 da ANVISA e atualizações.
- 17.8.4. Lei de Uso e Ocupação do Solo específica local.
- 17.8.5. Código de Obras local em vigor.
- 17.8.6. Regulamentos do Corpo de Bombeiros do Estado do Tocantins.
- 17.8.7. Normas das concessionárias de serviços públicos.
- 17.8.8. Legislação Ambiental e complementações pelo Agente Licenciador (Federal, Estadual e Municipal) quando for o caso.
- 17.8.9. Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho.
- 17.8.10. Lei de Acessibilidade – NBR 9050.
- 17.8.11. DECRETO Nº 10.306, DE 2 DE ABRIL DE 2020 - utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019.
- 17.9. Deverão ser elaborados:
- 17.9.1. Projetos executivos e complementares em escalas adequadas à completa compreensão;
- 17.9.2. Caderno de especificações técnicas, contendo, as especificações técnicas dos produtos e recursos e referências às normas de execução utilizadas para todas as etapas da obra, serviços e materiais, o memorial descritivo da obra ou serviço;
- 17.9.3. Memorial descritivo, descrevendo todas as atividades que deverão ser executadas no projeto, indicando as atividades, normas e procedimentos necessários.
- 17.10. Todos os projetos deverão ser acompanhados pelas suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART e Registro de Responsabilidade Técnica – RRT dos respectivos profissionais responsáveis por sua elaboração.





- 17.11. A CONTRATADA deverá entregar juntamente com os desenhos e demais documentos (memoriais, listas de materiais, especificações, planilhas, etc.), os arquivos eletrônicos e editáveis, armazenados em mídia digital para visualização da FISCALIZAÇÃO e posterior arquivamento. As mídias digitais com arquivos deverão ser entregues com caracterização adequada.
- 17.12. Os projetos impressos deverão ser entregues com assinatura do profissional responsável técnico pela sua elaboração, acompanhados do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e/ou da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- 17.13. 6. A entrega dos Projetos Executivos e Complementares deverá ser formalizada durante reunião marcada com esta finalidade, na qual deverá ser elaborada ATA com menção do recebimento do serviço e assinaturas ao Termo de Recebimento do Serviço.
- 17.14. Emitido o Termo de Recebimento, o serviço será medido e encaminhado para pagamento.
- 17.15. É obrigação da licitante vencedora de alterar os projetos no que forem apontados, como ausência de detalhe ou informação incompleta, em função de viabilizar a elaboração definitiva do orçamento básico. Inclui-se com a emissão da nova documentação física de revisão, devidamente assinada, e com o fornecimento dos arquivos eletrônicos revistos.
- 17.16. O profissional responsável pelo Projeto Executivo de Arquitetura deverá manter-se à disposição e em estreito relacionamento com os profissionais responsáveis pelos Projetos Executivos e Complementares que comporão o conjunto de elementos necessários e suficientes à completa execução da obra.
- 17.17. O recebimento dos projetos por parte da fiscalização não transfere a responsabilidade técnica e nem libera da obrigação pelas revisões decorrentes de falhas dos Projetos executivos e Complementares, interferências de concessionárias de serviços públicos e problemas verificados durante o orçamento ou durante a obra. A Contratada responde solidariamente administrativa, cível e penalmente pelos prejuízos causados por falhas no projeto ou pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.
- 17.18. Os desenhos deverão ser elaborados conforme padrão de representação gráfica da ABNT.
- Especificações da Obra
- 17.19. A contratada deverá executar a obra de acordo com as especificações contidas no Edital e seus anexos.
- 17.20. A contratada deverá emitir uma declaração que está de acordo com as peculiaridades inerentes à natureza do serviço ao local de sua execução, assumindo total responsabilidade pela obra.
- 17.21. A contratada deverá ser especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários à perfeita execução e funcionamento da montagem da estrutura e de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.
- 17.22. Na comprovação da impossibilidade de adquirir e empregar determinado material especificado poderá ser solicitado sua substituição, a juízo da fiscalização, havendo a possibilidade de substituição de materiais especificados por outros equivalentes, desde que seja aprovado pela fiscalização e o novo material proposto possua, comprovadamente, equivalência com os constantes no Projeto Básico de Arquitetura, Memorial Descritivo e Termo de Referência em questão de qualidade, resistência, aspecto e preço.
- 17.23. Deve adotar medidas para o adequado tratamento do impacto ambiental, compreendendo:
- 17.23.1. Controle de ruídos durante a construção.
- 17.23.2. Controle e mitigação da ressuspensão de poeira.
- 17.23.3. Programa de educação ambiental para os funcionários – a ser implantado na fase de construção de modo a permitir que os funcionários sejam parceiros na gestão ambiental.
- 17.23.4. Controle sanitário, limpeza diária e monitoramento das condições de higiene dos sanitários, vestiários, refeitório e alojamentos.
- 17.23.5. As fossas ou sumidouros a serem implantados na área do canteiro seguirão as determinações da ABNT-NBR 7229/93, dimensionadas de acordo com o número de pessoal envolvido, cargas equivalentes e tipo de solo.





17.23.6. Limpeza das caixas de separação de água e óleo, com remoção do material separado, estocagem e entrega a empresas especializadas para reciclagem e/ou disposição final.

17.23.7. Segregação dos resíduos sólidos gerados na área, com separação entre lixo orgânico e industrial.

17.23.8. Quanto à destinação final do Lixo:

- Deverá ser utilizada a sistemática de separação do lixo por tipo e uso: lixo comum deverá ser encaminhado, após acordo com a administração municipal, para os locais tradicionais de disposição do lixo gerado na cidade. Em razão da grande variedade de materiais, deverá ser realizada seleção prévia visando à segregação de materiais específicos. Em hipótese alguma o lixo doméstico poderá ser lançado em bota fora ou queimado;
- Materiais contaminados com óleo/graxa ou produtos químicos considerados perigosos serão sempre dispostos de acordo com a sua especificidade e periculosidade;
- Os restos de frentes e obras (embalagens de papel, papelão e plástico, carretéis, sobras de materiais elétricos, ferragens, etc.) podem ser facilmente segregados em materiais recicláveis e não recicláveis, sendo viável, portanto, o seu encaminhamento para reuso ou reciclagem, devolução para fornecedores ou outra medida de boa prática ambiental;
- Como entulhos diversos serão enquadrados os materiais inertes que irão sobrar nas frentes de obra. Estes materiais podem ser conduzidos para bota-foras desde que devidamente autorizados;
- O armazenamento provisório dos materiais recolhidos deve ser realizado de maneira organizada, respeitando a segregação prévia realizada durante a coleta, com identificação dos materiais, proteção quanto à ação degradante dos agentes do tempo (vento, chuva e insolação) e proliferação de animais vetores de doenças.

17.23.9. Cumprir com o plano de sinalização de obras, através de um plano detalhado de sinalização que deverá ser elaborado pela Contratada. Este plano deverá levar em conta as diversas etapas e procedimentos das obras, com identificação dos pontos/atividades de maior relevância e definição da sinalização correspondente. Basicamente, os elementos de sinalização deverão incluir:

- Sinalização de orientação (localização de instalações provisórias, vias internas, circulação de veículos, etc.);
- Sinalização de advertência (áreas de restrição de acesso para pessoal não autorizado ou não envolvido nas atividades, áreas de estocagem de produtos perigosos, etc.);
- Sinalização de segurança do trabalho, descrevendo os equipamentos de proteção individual (EPIs) exigíveis em cada local;
- Sinalização de divulgação (nome do empreendimento e responsáveis técnicos para conhecimento do público externo, etc.);
- Sinalização para orientação para os executores de serviços (marcações topográficas, cotas finais de corte e aterro, eixos de transporte, marcações de áreas com restrição ambiental, etc.).

17.23.10. Projeto de controle da escavação e do transporte de terra – a ser implantado durante a etapa de escavação, de modo a evitar erosão, assoreamento, emissão de particulados e sujeira nas pistas e calçadas do entorno do empreendimento.

17.23.11. Programa de gestão de resíduos da construção civil – a ser implantados nas etapas de estrutura da edificação, demolição das edificações e casas existentes e acabamento da edificação, prevendo procedimentos e regras operacionais para todas as eventuais atividades da obra que possam gerar entulhos.

17.23.12. Projeto de drenagem pluvial – a ser implantado quando da etapa de acabamento da edificação, contendo as estruturas hidráulicas para condução e retenção de águas pluviais à rede pública correspondente. Consistirá no conjunto de ações necessárias para controlar o escoamento superficial que será aumentado em decorrência da impermeabilização de superfícies. Neste programa deverá ser apresentado projeto executivo de micro drenagem para o empreendimento, incluindo procedimentos e dispositivos provisórios para a fase de obras.

17.23.13. Programa de gestão de efluentes sanitários – deverá ser implantado na etapa de Mobilização da Obra, contendo instalações a serem utilizadas pela mão-de-obra empregada durante toda a fase de implantação e com seu devido tratamento químico e ou biológico no caso de não ter conexão à rede pública de coleta de esgotos.

17.23.14. Garantir que a totalidade dos fornecedores de bens e serviços a serem contratados pela Contratante esteja em situação regular perante as autoridades ambientais.

17.23.15. Implementação de procedimentos especiais de desativação de obra.

17.24. Todos os elementos representados nos projetos deverão ser considerados para fins de elaboração da planilha orçamentária.

17.25. Deverá ser entregue Cronograma físico-financeiro detalhado indicando porcentagem, valores parciais e globais para cada etapa.

## **18. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

18.1. As propostas apresentadas pelas Licitantes deverão atender todas as exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, conforme a Lei Nº 14.133/2021 e o Decreto Nº 6.606/2023.

18.2. A licitante deverá apresentar proposta financeira no prazo estabelecido no Edital, a qual deverá ser composta pelos seguintes documentos:

18.2.1. Apresentação de proposta de preços (modelo em anexo);

18.2.2. Planilha orçamentária (modelo em anexo);

18.2.2.1. Deve ser elaborada utilizando duas casas decimais, sendo que o resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade deverá ser exato, bem como a soma dos itens. Deverá ser apresentada em formato Excel, com a utilização da fórmula de arredondamento – ARRED (Coluna quantidade \* Coluna de preço unitário;2), para que não aja diferença na operação inserida na coluna do preço total.

18.2.3. Composição do BDI (modelo em anexo);

18.2.4. Cronograma físico-financeiro da empresa;

18.2.5. Planilha de composição dos encargos sociais de horistas e/ou de mensalistas (modelo em anexo);

18.2.6. Fornecer todas as planilhas e cronograma físico-financeiro em formato "XLS";

18.3. A licitante deverá apresentar declaração de cumprimento de requisitos de habilitação e inexistência de fatos impeditivos de habilitação;

18.4. A licitante deverá apresentar declaração de conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos;

18.5. A licitante deverá apresentar declaração de disponibilidade de equipamentos e equipe técnica;

18.6. Em caso de consórcios, deverá ser apresentado o termo de compromisso de constituição de consórcio, firmado em Cartório;

18.7. Os arquivos eletrônicos devem ser gerados em formato ".xls", ".doc" ".pdf", com informações físicas da empresa licitante, da contratante, do objeto, da data e da cidade.

18.7.1. A não apresentação de qualquer dos documentos mencionado no item 18 acarretará em desclassificação do licitante.

Palmas, capital do estado, aos 10 dias do mês de outubro do ano de 2025.

**ISAAC MARTINS DOS SANTOS SOUSA**  
Gerente de Manutenção, Reforma e Construção





**KÁSSIA DA COSTA VIEIRA**  
Diretora de Arquitetura e Engenharia  
dos Estabelecimentos de Saúde

**LAÍS REGINA RODRIGUES SANTOS**  
Superintendente de Gestão Administrativa

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**MATRIZ DE RISCO**

**1. DAS DEFINIÇÕES**

1.1. Cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações, conforme Art. 6º, XXVII da Lei 14.133/21:

a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;

b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no projeto básico de arquitetura e memorial descritivo;

c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no projeto básico de arquitetura e memorial descritivo, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia.

1.2. Mesmo que haja a Matriz de Risco prevista neste Instrumento Convocatório da Licitação não isenta a empresa por assumir o pleno conhecimento, natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato.

1.3. A responsabilidade em considerar todos os custos e incidências sobre o valor de proposta em concordância com o objeto licitado é de responsabilidade da contratada, inclusive realizar os devidos questionamentos quanto a possíveis itens e de aditivos ou que poderão causar incidência financeira durante o processo de execução do objeto.

**2. DAS RESPONSABILIDADES DO LICITANTE**

2.1. Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato.

2.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

2.3. Estar ciente de que o critério de medição é definido único e exclusivamente pela Secretaria de Estado da Saúde – SES/TO.

2.4. Ser integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

2.5. Está ciente de que fica vedada a celebração de termos aditivos de valor aos contratos firmados, exceto nas hipóteses apresentadas pela Matriz de Risco, por este Instrumento Convocatório da Licitação, Edital e Contrato.

**3. DAS CONDICIONANTES DA MATRIZ DE RISCO**

3.1. A matriz de risco é o instrumento que tem o objetivo de definir as responsabilidades do CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do contrato.

3.2. O termo risco foi designado neste contrato para indicar o resultado objetivo da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento, aleatório, futuro e que independa da vontade humana, e o impacto resultante, no caso de sua ocorrência. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como uma atividade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

3.3. A análise dos riscos associados a esta obra é realizada por meio da matriz de risco, a seguir, que tem por objetivo traçar as diretrizes das cláusulas contratuais.

**MATRIZ DE RISCO**





<b>DA CONTRATADA</b>				
Com exceção das hipóteses alocados para o CONTRATANTE, e independentemente da subcontratação de terceiros, a CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à execução do Contrato, inclusive, mas sem limitação, pelos seguintes riscos:				
<b>Risco</b>	<b>Alocação (SES/TO, contratada ou compartilhada)</b>	<b>Impacto (Alto, Médio ou Baixo)</b>	<b>Probabilidade (Frequente, Provável, Ocasional, Remota ou Improvável)</b>	<b>Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco</b>
Não apresentação da apólice de seguro pela Contratada, acarretando atraso no início da obra.	Contratada	Alto	Remota	Aplicação de penalidades previstas em contrato;
Atraso no cumprimento das condicionantes da licença ambiental e/ou dos requisitos técnicos dos órgãos envolvidos (Prefeitura, órgão ambiental)	Contratada	Alto	Ocasional	Maior rigor quanto ao planejamento para a obtenção das licenças, permissões e autorizações necessárias à execução do contrato;
Ultrapassar o prazo previsto para elaboração dos projetos executivos	Contratada	Alto	Ocasional	Aplicação de penalidades previstas em contrato;
Risco de atraso nas análises e aprovações ou necessidade de adequação de projetos, acarretando em aumento no prazo e alteração dos custos.	Contratada	Alto	Ocasional	Encaminhar projetos para análise prévia antes de sua conclusão, assim como fazer consulta prévia aos órgãos responsáveis pelas aprovações;
Projetos executivos com inconsistências	Contratada	Alto	Ocasional	Revisão do projeto pela contratada antes da execução. Correção sem ônus para o contratante;
Não definir corretamente a quantidade, a dimensão, as características operacionais dos equipamentos a serem empregados, a metodologia e os procedimentos para a execução do objeto, obedecendo as premissas do, Projeto Básico de Arquitetura e Termo de Referência	Contratada	Alto	Ocasional	Maior rigor no controle do cronograma físico-financeiro, buscando o correto dimensionamento da equipe, dos insumos e dos equipamentos necessários à adequada execução da obra;
Gastos excedentes relacionados às obras e aos serviços objeto do Contrato, exceto nos casos previstos expressamente para o CONTRATANTE	Contratada	Médio	Improvável	
Perda de produtividade e/ou atraso no cumprimento dos cronogramas previstos ou de outros prazos estabelecidos entre as partes ao longo da vigência do Contrato, exceto nos casos previstos expressamente para o CONTRATANTE	Contratada	Médio	Ocasional	
Atrasos no cronograma devido à indisponibilidade de insumos necessários ao início ou continuidade da obra	Contratada	Médio	Ocasional	
Não atingir os parâmetros de	Contratada	Médio	Ocasional	

desempenho e de produtividade, exceto nos casos decorrentes de atrasos cuja responsabilidade seja do Contratante				
Problemas Climáticos	Contratada	Médio	Provável	Planejamento de cronograma com margem para intempéries;
Retrabalho na execução dos serviços.	Contratada	Alto	Improvável	Definir a equipe que acompanhará a execução da obra. Gestões fiscais da obra na avaliação dos serviços executados conforme projeto executivo. Adequar as entregas de acordo com as especificações do projeto e/ou boas práticas da engenharia;
Percimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos bens e equipamentos da CONTRATADA, responsabilidade que não é reduzida ou excluída em virtude da fiscalização da CONTRATANTE	Contratada	Médio	Ocasional	Aplicar um plano de segurança e vigilância, com controle de almoxarifado, estoque de materiais e equipamentos;
Aumento do custo dos insumos, devido a variação das taxas de câmbio ou inflação dos preços, exceto nos casos de aumentos desproporcionais	Contratada	Alto	Ocasional	Realizar estudo prévio da evolução dos preços dos insumos no mercado, de modo a estimar com maior precisão os possíveis valores de aumento e inflação;
Possibilidade de a inflação de um determinado período ser superior ao índice utilizado para reajuste do Contrato ou de outros valores nele previstos para o mesmo período	Contratada	Médio	Remota	
Responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ambientais decorrentes da operação, ou descarte inadequado de resíduos perigosos	Contratada	Alto	Remota	Obedecer criteriosamente às diretrizes técnicas e procedimentos de gestão de resíduos estabelecidas nas legislações vigentes;
Prejuízos causados a terceiros, pela CONTRATADA ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela CONTRATADA	Contratada	Médio	Remota	Mayor rigor no treinamento da equipe e na execução do projeto executivo;
Atraso na mobilização de equipamentos em função de restrições técnicas, logísticas, orçamentárias ou ambientais, exceto nos casos previstos expressamente para o CONTRATANTE	Contratada	Médio	Ocasional	Aplicação de penalidades previstas em contrato;
Restrições de horário de trabalho que impactem no cronograma,	Contratada	Médio	Remota	Realizar o planejamento contínuo da execução da



como a impossibilidade de trabalho noturno, em finais de semana ou outros horários determinados				obra, de maneira a se adaptar às possíveis restrições que possa acontecer;
Custos associados à ações trabalhistas ou previdenciárias de profissionais contratados ou subcontratados	Contratada	Médio	Ocasional	Realizar acompanhamento jurídico;
Acidente de trabalho.	Contratada	Médio	Ocasional	Fazer apresentação de APR (Análise Preliminar de Risco), treinamentos e demais documentos que comprovem que as equipes da contratada estejam aptas para execução do projeto com segurança;
Custos adicionais associados à dificuldade de acesso à área onde será executado o serviço	Contratada	Médio	Remota	Maior rigor quanto ao detalhamento do projeto executivo, possibilitando o planejamento adequado e, por consequência, a correta execução da obra;
Atrasos nas entregas das etapas parciais e também a entrega total do contrato, como também aumento decusto do contrato.	Contratada	Alto	Provável	Aplicação de penalidades previstas em contrato;
Obtenção de licenças, permissões e autorizações relativas à execução do contrato.	Contratada	Alto	Remota	Maior rigor quanto ao planejamento para a obtenção das licenças, permissões e autorizações necessárias à execução do contrato;
<b>DA CONTRATANTE</b>				
<b>Risco</b>	<b>Alocação (SES/TO, contratada ou compartilhada)</b>	<b>Impacto (Alto, Médio ou Baixo)</b>	<b>Probabilidade (Frequente, Provável, Ocasional, Remota ou Improvável)</b>	<b>Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco</b>
Decisão arbitral, judicial ou administrativa que impeça ou impossibilite a CONTRATADA de executar fielmente suas obrigações contratuais, exceto nos casos em que a CONTRATADA houver dado causa a tal decisão.	SES/TO	Alto	Remota	-
Reequilíbrio, Reajuste e Aditivo de Acréscimo ou Supressão do Contrato.	SES/TO	Médio	Remota	Maior rigor na execução do objeto, prazos de execução e itens licitados;
Descumprimento, pela CONTRATANTE, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos aplicáveis previstos neste Contrato e/ou na legislação vigente.	SES/TO	Médio	Remota	Maior rigor na fiscalização da execução do projeto e em especial no acompanhamento do cronograma físico-financeiro.
Alterações na legislação e regulamentação, inclusive acerca	SES/TO	Alto	Remota	-



de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos, que alterem a composição econômico-financeira do Contrato, excetuada a legislação dos tributos sobre a renda.				
Alteração unilateral no Contrato, por iniciativa da CONTRATANTE, por inclusão e modificação de obras e serviços que afetem o equilíbrio econômico-financeiro	SES/TO	Alto	Remota	Maior rigor no planejamento e na realizações dos estudos técnicos, de maneira a contemplar todos os serviços necessários para a adequada realização da obra.
Caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da administração que provoque impacto econômico-financeiro no Contrato e impeça ou retarde a execução da obra.	SES/TO	Alto	Improvável	Reequilíbrio econômico-financeiro;
Aumentos DESPROPORCIONAIS dos insumos, quando estes aumentos forem imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.	SES/TO	Alto	Remota	Reequilíbrio econômico-financeiro;
Modificação das especificações de serviço, modificação ou ampliação do escopo, acarretando em aumento no prazo e alteração de custos.	SES/TO	Médio	Ocasional	Reequilíbrio econômico-financeiro; Aditivo contratual (excepcional)
Falha de comunicação podendo gerar retrabalho ou atraso na execução da obra.	SES/TO	Alto	Remota	Adoção de critérios pré-estabelecidos para comunicação entre Contratante e Contratada e oficialização das decisões por meio de documentos (diário de obra, e-mail ou ofício).
Atraso na obra devido à impossibilidade de execução de serviços previstos no cronograma.	SES/TO	Alto	Remota	Liberação de outras frentes de serviço, previstas em etapas posteriores do cronograma.
Atraso ou falta de pagamento por parte da Contratante, impossibilitando a execução da obra pela Contratada.	SES/TO	Alto	Remota	Cláusula contratual prevendo que o contratado pode suspender os serviços e rescindir o contrato após inadimplência superior a 90 dias.



**MODELO 1**

**APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins

Ref.: EDITAL ..... N.º ...../.....

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa Proposta de Preços, detalhada nos documentos anexos, para execução da obra de que trata a ..... n.º ...../....., conforme especificações técnicas constantes no respectivo Edital.

Declaramos expressamente que:

- a) Executaremos as obras e os serviços pelo preço total de R\$..... (preço por extenso), conforme planilha anexa, tomando por base o mês de ..... (mês de referência dos preços que será o da realização da licitação);
- b) Concordamos integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da referida licitação, expressas no Edital e anexos.
- c) Temos pleno conhecimento do local —onde serão executadas as obras e os serviços, objeto desta licitação, para o fiel cumprimento das condições de garantia que oferecemos;
- d) Serão de nossa responsabilidade todos os custos relativos à execução do objeto desta licitação, inclusive as obrigações e encargos trabalhistas com o pessoal;
- e) Manteremos válidas e imutáveis todas as condições desta proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação;
- f) Comprometemo-nos a não transferir e nem negociar os créditos decorrentes do contrato;
- g) Declaramos ainda, que recebemos os documentos relativos a esta licitação e de que temos ciência do inteiro teor do seu conteúdo e condições;
- h) Declaramos que estamos de acordo com o prazo de execução, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço.
- i) Se vencedora, forneceremos, no recebimento da Ordem de Serviço, relação de todo pessoal técnico adequado, acompanhada de declaração individual de disponibilidade para a realização do objeto deste edital, bem como a relação, se necessário, de todas as máquinas, equipamentos e demais ferramentas para uso na execução da obra, como também a apresentação da ART de registro do contrato no CREA/CAU.

Esclarecemos finalmente, que o nosso representante credenciado está autorizado e habilitado a prestar a essa Comissão de Licitação os esclarecimentos e informações adicionais que forem considerados necessários.

Os dados da nossa empresa são:

Razão Social: \_\_\_\_\_;  
CNPJ N.º: \_\_\_\_\_;  
Inscrição Estadual N.º: \_\_\_\_\_;  
Endereço: \_\_\_\_\_;  
CEP: \_\_\_\_\_;  
Cidade: \_\_\_\_\_;  
Estado: \_\_\_\_\_;  
Fone: \_\_\_\_\_;  
Fax (se houver): \_\_\_\_\_;  
E-mail: \_\_\_\_\_;  
Local e data \_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo (do representante legal)

\*Observação: emitir em papel que identifique o licitante.



**MODELO 2**

**MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA – ORÇAMENTO BASE**

PLANILHA DE PREÇOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO SEM BDI	BDI (%)	VALOR TOTAL COM BDI
<b>1</b>	<b>PROJETOS</b>					<b>R\$</b>
1.1	META 01 - Construção do abrigo de resíduos	m²	135,49			R\$ -
1.2	META 02 - Construção da agência transfusional	m²	55,96			R\$ -
1.3	META 03 - Construção do alojamento conjunto	m²	1.311,79			R\$ -
1.4	META 04 - Construção do ambulatório	m²	143,56			R\$ -
1.5	META 05 - Construção do apoio técnico interno para lavanderia	m²	43,52			R\$ -
1.6	META 06 - Construção do banco de leite	m²	139,45			R\$ -
1.7	META 07 - Construção da casa da gestante	m²	371,59			R\$ -
1.8	META 08 - Construção da central de gases	m²	166,53			R\$ -
1.9	META 09 - Construção da subestação	m²	224,00			R\$ -
1.10	META 10 - Construção da central de material e esterilização	m²	319,14			R\$ -
1.11	META 11 - Construção do centro cirúrgico	m²	524,24			R\$ -
1.12	META 12 - Construção do centro de parto normal	m²	1.015,08			R\$ -
1.13	META 13 - Construção da circulação geral interna	m²	433,36			R\$ -
1.14	META 14 - Construção da cozinha	m²	591,98			R\$ -
1.15	META 15 - Construção da farmácia	m²	150,49			R\$ -
1.16	META 16 - Construção do laboratório	m²	74,74			R\$ -
1.17	META 17 - Construção do lactário	m²	55,13			R\$ -
1.18	META 18 - Construção da lavanderia	m²	159,95			R\$ -
1.19	META 19 - Construção do necrotério	m²	21,20			R\$ -
1.20	META 20 - Construção do administrativo	m²	612,23			R\$ -
1.21	META 21 - Construção do pavimento técnico 1	m²	297,72			R\$ -
1.22	META 22 - Construção dos pavimentos técnicos: 2, 3, 4, 5 e 6	m²	2.802,16			R\$ -
1.23	META 23 - Construção da escada para acesso administrativo	m²	42,12			R\$ -
1.24	META 24 - Construção do pronto socorro	m²	1.480,97			R\$ -
1.25	META 25 - Construção da internação de alto risco	m²	1.252,93			R\$ -
1.26	META 26 - Construção da unidade de terapia intensiva	m²	1.194,70			R\$ -





1.27	META 27 - Construção do muro de divisa	m	628,50			R\$
1.28	META 28 - Construção da área técnica externa	m²	628,50			R\$
1.29	META 29 - Construção do pátio externo e estacionamento	m²	14.501,31			R\$
1.30	META 30 - Construção da estação de tratamento de esgoto	un	1,00			R\$
1.31	META 31 - Emissão de licenças ambientais, PGR, PCMSO e outros	un	1,00			R\$
1.32	META 32 - Movimentação de terra	un	0,00			R\$
1.33	META 33 - Construção do muro de contenção	un	1,00			R\$
1.34	META 34 - Equipamentos	un	0,00			R\$
<b>2</b>	<b>EXECUÇÃO</b>					<b>R\$</b>
2.1	META 01 - Construção do abrigo de resíduos	m²	135,49			R\$
2.2	META 02 - Construção da agência transfusional	m²	55,96			R\$
2.3	META 03 - Construção do alojamento conjunto	m²	1.311,79			R\$
2.4	META 04 - Construção do ambulatório	m²	143,56			R\$
2.5	META 05 - Construção do apoio técnico interno para lavanderia	m²	43,52			R\$
2.6	META 06 - Construção do banco de leite	m²	139,45			R\$
2.7	META 07 - Construção da casa da gestante	m²	371,59			R\$
2.8	META 08 - Construção da central de gases	m²	166,53			R\$
2.9	META 09 - Construção da subestação	m²	224,00			R\$
2.10	META 10 - Construção da central de material e esterilização	m²	319,14			R\$
2.11	META 11 - Construção do centro cirúrgico	m²	524,24			R\$
2.12	META 12 - Construção do centro de parto normal	m²	1.015,08			R\$
2.13	META 13 - Construção da circulação geral interna	m²	433,36			R\$
2.14	META 14 - Construção da cozinha	m²	591,98			R\$
2.15	META 15 - Construção da farmácia	m²	150,49			R\$
2.16	META 16 - Construção do laboratório	m²	74,74			R\$
2.17	META 17 - Construção do lactário	m²	55,13			R\$
2.18	META 18 - Construção da lavanderia	m²	159,95			R\$
2.19	META 19 - Construção do necrotério	m²	21,20			R\$
2.20	META 20 - Construção do administrativo	m²	612,23			R\$
2.21	META 21 - Construção do pavimento técnico 1	m²	297,72			R\$
2.22	META 22 - Construção dos pavimentos técnicos: 2, 3, 4, 5 e 6	m²	2.802,16			R\$

2.23	META 23 - Construção da escada para acesso administrativo	m²	42,12		R\$ -
2.24	META 24 - Construção do pronto socorro	m²	1.480,97		R\$ -
2.25	META 25 - Construção da internação de alto risco	m²	1.252,93		R\$ -
2.26	META 26 - Construção da unidade de terapia intensiva	m²	1.194,70		R\$ -
2.27	META 27 - Construção do muro de divisa	m	628,50		R\$ -
2.28	META 28 - Construção da área técnica externa	m²	628,50		R\$ -
2.29	META 29 - Construção do pátio externo e estacionamento	m²	14.501,31		R\$ -
2.30	META 30 - Construção da estação de tratamento de esgoto	un	1,00		R\$ -
2.31	META 31 - Emissão de licenças ambientais, PGR, PCMSO e outros	un	0,00		R\$ -
2.32	META 32 - Movimentação de terra	un	1,00		R\$ -
2.33	META 33 - Construção do muro de contenção	un	1,00		R\$ -
2.34	META 34 - Equipamentos	un	0,00		R\$ -
<b>3</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>				<b>R\$ -</b>
3.1	META 34 - Equipamentos	un	1,00		R\$ -

<b>VALOR TOTAL COM BDI</b>	<b>R\$</b>
<b>VALOR TOTAL COM DESCONTO</b>	<b>R\$</b>
<b>VALOR DO DESCONTO</b>	<b>%</b>



**MODELO 3**

**MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI**

Ref. .... N.º ..... /.....  
Proponente: (razão social da empresa proponente)  
Objeto Licitado: (descrição do objeto)

Fórmula proposta pelo Acórdão N.º 2622/2013:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

COMPOSIÇÃO DO BDI		
AC = administração central	xx%	
DF = despesas financeiras	xx%	
S = taxa representativa das despesas de seguro	xx%	
R = risco e imprevistos	xx%	
I = impostos	xx%	
L = lucro	xx%	
IMP = impostos sobre faturamento*		xx%
ISS	xx%	
PIS	xx%	
COFINS	xx%	
<b>BDI**</b>	<b>xx%</b>	
<p>* soma dos impostos (ISS, PIS, Cofins)</p> <p>** aplicação da fórmula proposta.</p> <p>*** É vedada a inclusão de IRPJ e CSLL no BDI.</p> <p>Obs: considerado ISS = ____% sobre MO = ____% x ____% = ____% (percentual de ISS conforme legislação vigente)</p>		

Município-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa



**MODELO 04**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS DE HORISTAS E DE MENSALISTAS**

Ref.: .....: N° \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
**Proponente:** (razão social da empresa proponente)  
**Objeto Licitado:** (descrição do objeto)  
**(não superior aos praticados Tabela SINAPI)**

<b>ENCARGOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO CIVIL – SALÁRIO MENSAL</b>	
<b>GRUPO A – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS</b>	<b>%PROPOSTO</b>
A.01 INSS – Artigo 22 Inciso I Lei 8.212/91	
A.02 FGTS – Artigo 15 Lei 8030/90 e Art. 7º Inciso III CF/88	
A.03 FGTS – Artigo 2º Lei Complementar 110/01	
A.04 SESC – Artigo 3º Lei 8.036/90	
A.05 SENAC – Decreto 2.318/86	
A.06 INCRA – Lei 7787 de 30/06/89 e DL 1146/70	
A.07 SEBRAE – Artigo 8º Lei 8029/90 e Lei 8154 de 28/12/90	
A.08 Salário Educação – Artigo 3º Inciso I Decreto 87.043/82	
A.09 Seguro Contra os Acidentes de Trabalho/INSS	
A.10 Seconci	
Subtotal Grupo A	
<b>GRUPO B – ENCARGOS QUE RECEBEM A INCIDÊNCIA DO GRUPO A</b>	<b>%PROPOSTO</b>
B.01 13º salário	
B.02 Férias (incluindo 1/3)	
B.03 Auxílio enfermidade	
B.04 Acidente de Trabalho	
B.05 Faltas legais	
B.06 Licença paternidade	
B.07 Aviso prévio trabalhado	
B.08 Férias sobre licença maternidade	
Subtotal Grupo B	
<b>GRUPO C – ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM A INCIDÊNCIA DO GRUPO B</b>	<b>%PROPOSTO</b>
C.01 Aviso prévio indenizado	
C.02 Indenização adicional	
C.03 Multa sobre FGTS nas rescisões sem justa causa	
Subtotal Grupo C	



<b>GRUPO D – INCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE GRUPO B</b>		<b>%PROPOSTO</b>
D.01 Incidência dos encargos do Grupo “A” sobre os itens do grupo “B”		
Subtotal Grupo D		
<b>GRUPO E – FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO GRUPO E – INCIDÊNCIA SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO</b>		<b>%PROPOSTO</b>
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre Aviso Prévio Indenizado		
Subtotal Grupo E		
<b>GRUPO F – INCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE LICENÇA MATERNIDADE</b>		<b>%PROPOSTO</b>
F.01 Incidência do Grupo A sobre encargos da licença maternidade		
Subtotal Grupo F		
<b>TAXA TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS</b>		
<b>ENCARGOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO CIVIL – SALÁRIOS HORÁRIOS</b>		
<b>GRUPO A – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS GRUPO A – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS</b>		<b>% PROPOSTO</b>
A.01 INSS – Artigo 22 Inciso I Lei 8.212/91		
A.02 FGTS – Artigo 15 Lei 8030/90 e Art. 7º Inciso III CF/88		
A.03 FGTS – Artigo 2º Lei Complementar 110/01		
A.04 SESC – Artigo 3º Lei 8.036/90		
A.05 SENAC – Decreto 2.318/86		
A.06 INCRA – Lei 7787 de 30/06/89 e DL 1146/70		
A.07 SEBRAE – Artigo 8º Lei 8029/90 e Lei 8154 de 28/12/90		
A.08 Salário Educação – Artigo 3º Inciso I Decreto 87.043/82		
A.09 Seguro Contra os Acidentes de Trabalho/INSS		
A.10 Seconci		
Subtotal Grupo A		
<b>GRUPO B – ENCARGOS QUE RECEBEM A INCIDÊNCIA DO GRUPO A</b>		<b>% PROPOSTO</b>
B.01 13º salário		
B.02 Férias (incluindo 1/3)		
B.03 Auxílio enfermidade		
B.04 Acidente de Trabalho		
B.05 Faltas legais		
B.06 Licença paternidade		
B.07 Aviso prévio trabalhado		



B.08 Férias sobre licença maternidade	
Subtotal Grupo B	
<b>GRUPO C – ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM A INCIDÊNCIA DO GRUPO B</b>	<b>% PROPOSTO</b>
C.01 Aviso prévio indenizado	
C.02 Indenização adicional	
C.03 Multa sobre FGTS nas rescisões sem justa causa	
Subtotal Grupo C	
<b>GRUPO D – INCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE GRUPO B</b>	<b>% PROPOSTO</b>
D.01 Incidência dos encargos do Grupo “A” sobre os itens do grupo “B”	
Subtotal Grupo D	
<b>GRUPO E – FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO GRUPO E – INCIDÊNCIA SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO</b>	<b>% PROPOSTO</b>
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre Aviso Prévio Indenizado	
Subtotal Grupo E	
<b>GRUPO F – INCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE LICENÇA MATERNIDADE</b>	<b>% PROPOSTO</b>
F.01 Incidência do Grupo A sobre encargos da licença maternidade	
Subtotal Grupo F	
<b>TAXA TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS</b>	

Município – UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa.





**ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

Contrato de empreitada que, na forma e condições seguintes, entre si fazem, de um lado, como **CONTRATANTE O ESTADO DO TOCANTINS** pessoa jurídica de direito público interno, por meio da(o) **SECRETARIA DA SAÚDE** e de outro, como **CONTRATADA**, a empresa .....

a) **CONTRATANTE: O ESTADO DO TOCANTINS** pessoa jurídica de direito público interno, por meio da(o) **SECRETARIA DA SAÚDE** inscrita no Ministério da Fazenda sob o n.º xxx.xxx.xxx/xxx-xx, com sede na ..... em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, neste ato representada pela(o) Secretária(o) ..... residente em .....

b) **CONTRATADA:** ..... pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede ....., representada por .....

Ou

b) **CONTRATADA: CONSÓRCIO:** ..... pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede ....., representada por .....

b.1) **EMPRESA:** ..... pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede ....., representada por .....

b.2) **EMPRESA:** ..... pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede ....., representada por .....

(INCLUIR OS DADOS DE TODAS AS EMPRESAS PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO)

c) **INTERVENIENTE:** A **AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO**, instituição de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº xxx.xxx/xxx-xx, com sede na Rodovia TO-010, Km 1, Lote 11, Setor Leste 1ª Etapa, nº 11 - Edifício, Plano Diretor Norte, neste ato representada pelo (FUNÇÃO E NOME DO/A GESTOR/A), residente em Palmas - TO.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS, COMPLEMENTARES E EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DA MULHER E MATERNIDADE EM ARAGUATINS – TO**, em conformidade com o edital, termo de referência e seus anexos.

1.2. Local das obras: Rua Nero Macedo, s/n, Setor Irial (-56397658, -481212276), Araguatins – TO, CEP: 77950-000.

1.3. A execução da obra deverá observar os horários estabelecidos pela legislação local, de modo a garantir a segurança, a ordem pública, a preservação do meio ambiente e o sossego da comunidade.

1.4. A obra deve ser executada em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Araguatins e demais normas municipais aplicáveis.vont

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTO LEGAL**

2.1 Fundamenta-se este Contrato no procedimento licitatório referente a **CONCORRÊNCIA nº XXX/2026** em conformidade com a LEI FEDERAL nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o DECRETO ESTADUAL Nº 6.606, de 28 de março de 2023, devidamente homologado e adjudicado o seu objeto, tudo constante do processo administrativo protocolado sob o nº **2025.30550.00828**.

2.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital da Licitação da Concorrência, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2.3 As obras e os serviços serão executados pelo **REGIME DE CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA**, em consonância com as instruções da **CONTRATANTE**, obedecidas às normas legais pertinentes.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor do presente Contrato a preços iniciais é de R\$.....(.....), em conformidade com a proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, e devidamente empenhado sob o nº.....

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO E RECURSOS

4.1 As despesas para a execução dos serviços, com base na presente licitação, correrão por conta da classificação orçamentária: 30550.10.302.1165.3120, natureza de despesa: 4.4.90.51, fontes: 1.632.0000.000 e 1.500.1002.102.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1 Especificações dos projetos

5.1.1 Os projetos deverão ser elaborados com vistas à aprovação junto à fiscalização, Prefeitura, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, CAIXA Econômica Federal e demais órgãos que se fizerem necessários e execução concomitante dos estudos, avaliação de impactos ambientais, plano de controle ambiental, relatório de controle ambiental, planos de gerenciamento de resíduos sólidos da saúde, planos de controle de obra e programas ambientais.

5.1.2 As exigências contidas neste Termo de Referência não substituem, modificam, complementam ou regulamentam os dispositivos legais em vigor no âmbito federal, estadual ou municipal, devendo ser observada as legislações e normas complementares dos órgãos ambientais competentes.

5.1.3 O padrão da construção e o nível de acabamento esperado deverão obedecer ao memorial de especificações técnicas fornecidas.

5.1.4 Todos os projetos deverão obedecer ao Projeto Básico de Arquitetura fornecido pela contratante e devem ser discutidos e definidos anteriormente a elaboração e nas demais etapas dos projetos.

5.1.5 As alterações possíveis e comprovadamente necessárias aos projetos no decorrer da obra deverão ser aprovadas pela fiscalização.

5.1.6 Todos os materiais devem estar devidamente especificados no projeto.

5.1.7 Os projetos deverão ser aprovados pelos órgãos competentes.

5.1.8 Deverão ser obedecidas:

5.1.8.1 Normas da ABNT.

5.1.8.2 Legislações pertinentes ao fim a que se destina a obra.

5.1.8.3 Resolução RDC-50/02 e RDC 189/03 da ANVISA e atualizações.

5.1.8.4 Lei de Uso e Ocupação do Solo específica local.

5.1.8.5 Código de Obras local em vigor.

5.1.8.6 Regulamentos do Corpo de Bombeiros do Estado do Tocantins.



5.1.8.7 Normas das concessionárias de serviços públicos.

5.1.8.8 Legislação Ambiental e complementações pelo Agente Licenciador (Federal, Estadual e Municipal) quando for o caso.

5.1.8.9 Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho.

5.1.8.10 Lei de Acessibilidade – NBR 9050.

5.1.8.11 DECRETO Nº 10.306, DE 2 DE ABRIL DE 2020 - utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019.

5.1.9 Deverão ser elaborados:

5.1.9.1 Projetos executivos e complementares em escalas adequadas à completa compreensão;

5.1.9.2 Caderno de especificações técnicas, contendo, as especificações técnicas dos produtos e recursos e referências às normas de execução utilizadas para todas as etapas da obra, serviços e materiais, o memorial descritivo da obra ou serviço;

5.1.9.3 Memorial descritivo, descrevendo todas as atividades que deverão ser executadas no projeto, indicando as atividades, normas e procedimentos necessários.

5.1.10 Todos os projetos deverão ser acompanhados pelas suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART e Registro de Responsabilidade Técnica – RRT dos respectivos profissionais responsáveis por sua elaboração.

5.1.11 A CONTRATADA deverá entregar juntamente com os desenhos e demais documentos (memoriais, listas de materiais, especificações, planilhas, etc.), os arquivos eletrônicos e editáveis, armazenados em mídia digital para visualização da FISCALIZAÇÃO e posterior arquivamento. As mídias digitais com arquivos deverão ser entregues com caracterização adequada.

5.1.12 Os projetos impressos deverão ser entregues com assinatura do profissional responsável técnico pela sua elaboração, acompanhados do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e/ou da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

5.1.13 A entrega dos Projetos Executivos e Complementares deverá ser formalizada durante reunião marcada com esta finalidade, na qual deverá ser elaborada ATA com menção do recebimento do serviço e assinaturas ao Termo de Recebimento do Serviço.

5.1.14 Emitido o Termo de Recebimento, o serviço será medido e encaminhado para pagamento.

5.1.15 É obrigação da CONTRATADA de alterar os projetos no que forem apontados, como ausência de detalhe ou informação incompleta, em função de viabilizar a elaboração definitiva do orçamento básico. Inclusive com a emissão da nova documentação física de revisão, devidamente assinada, e com o fornecimento dos arquivos eletrônicos revistos.

5.1.16 O profissional responsável pelo Projeto Executivo de Arquitetura deverá manter-se à disposição e em estreito relacionamento com os profissionais responsáveis pelos Projetos Executivos e Complementares que comporão o conjunto de elementos necessários e suficientes à completa execução da obra.

5.1.17 O recebimento dos projetos por parte da fiscalização não transfere a responsabilidade técnica e nem libera da obrigação pelas revisões decorrentes de falhas dos Projetos executivos e Complementares, interferências de concessionárias de serviços públicos e problemas verificados durante o orçamento ou durante a obra. A Contratada responde solidariamente administrativa, cível e penalmente pelos prejuízos causados por falhas no projeto ou pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.

5.1.18 Os desenhos deverão ser elaborados conforme padrão de representação gráfica da ABNT.

5.2 Especificações da Obra

5.2.1 A contratada deverá executar a obra de acordo com as especificações contidas no Edital e seus anexos.





5.2.2 A contratada deverá emitir uma declaração que está de acordo com as peculiaridades inerentes à natureza do serviço ao local de sua execução, assumindo total responsabilidade pela obra.

5.2.3 A contratada deverá ser especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários à perfeita execução e funcionamento da montagem da estrutura e de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

5.2.4 Na comprovação da impossibilidade de adquirir e empregar determinado material especificado poderá ser solicitada sua substituição, a juízo da fiscalização, havendo a possibilidade de substituição de materiais especificados por outros equivalentes, desde que seja aprovado pela fiscalização e o novo material proposto possua, comprovadamente, equivalência com os constantes no Projeto Básico de Arquitetura, Memorial Descritivo e Termo de Referência em questão de qualidade, resistência, aspecto e preço.

5.3 Deve adotar medidas para o adequado tratamento do impacto ambiental, compreendendo:

5.3.1 Controle de ruídos durante a construção.

5.3.2 Controle e mitigação da ressuspensão de poeira.

5.3.3 Programa de educação ambiental para os funcionários – a ser implantado na fase de construção de modo a permitir que os funcionários sejam parceiros na gestão ambiental.

5.3.4 Controle sanitário, limpeza diária e monitoramento das condições de higiene dos sanitários, vestiários, refeitório e alojamentos.

5.3.5 As fossas ou sumidouros a serem implantados na área do canteiro seguirão as determinações da ABNT-NBR 7229/93, dimensionadas de acordo com o número de pessoal envolvido, cargas equivalentes e tipo de solo.

5.3.6 Limpeza das caixas de separação de água e óleo, com remoção do material separado, estocagem e entrega a empresas especializadas para reciclagem e/ou disposição final.

5.3.7 Segregação dos resíduos sólidos gerados na área, com separação entre lixo orgânico e industrial.

5.3.8 Quanto à destinação final do Lixo:

- Deverá ser utilizada a sistemática de separação do lixo por tipo e uso: lixo comum deverá ser encaminhado, após acordo com a administração municipal, para os locais tradicionais de disposição do lixo gerado na cidade. Em razão da grande variedade de materiais, deverá ser realizada seleção prévia visando à segregação de materiais específicos. Em hipótese alguma o lixo doméstico poderá ser lançado em bota fora ou queimado;
- Materiais contaminados com óleo/graxa ou produtos químicos considerados perigosos serão sempre dispostos de acordo com a sua especificidade e periculosidade;
- Os restos de frentes e obras (embalagens de papel, papelão e plástico, carretéis, sobras de materiais elétricos, ferragens, etc.) podem ser facilmente segregados em materiais recicláveis e não recicláveis, sendo viável, portanto, o seu encaminhamento para reuso ou reciclagem, devolução para fornecedores ou outra medida de boa prática ambiental;
- Como entulhos diversos serão enquadrados os materiais inertes que irão sobrar nas frentes de obra. Estes materiais podem ser conduzidos para bota-foras desde que devidamente autorizados;
- O armazenamento provisório dos materiais recolhidos deve ser realizado de maneira organizada, respeitando a segregação prévia realizada durante a coleta, com identificação dos materiais, proteção quanto à ação degradante dos agentes do tempo (vento, chuva e insolação) e proliferação de animais vetores de doenças.

5.3.9 Cumprir com o plano de sinalização de obras, através de um plano detalhado de sinalização que deverá ser elaborado pela Contratada. Este plano deverá levar em conta as diversas etapas e procedimentos das obras, com identificação dos pontos/atividades de maior relevância e definição da sinalização correspondente. Basicamente, os elementos de sinalização deverão incluir:



- Sinalização de orientação (localização de instalações provisórias, vias internas, circulação de veículos, etc.);
- Sinalização de advertência (áreas de restrição de acesso para pessoal não autorizado ou não envolvido nas atividades, áreas de estocagem de produtos perigosos, etc.);
- Sinalização de segurança do trabalho, descrevendo os equipamentos de proteção individual (EPIs) exigíveis em cada local;
- Sinalização de divulgação (nome do empreendimento e responsáveis técnicos para conhecimento do público externo, etc.);
- Sinalização para orientação para os executores de serviços (marcações topográficas, cotas finais de corte e aterro, eixos de transporte, marcações de áreas com restrição ambiental, etc.).

5.3.10 Projeto de controle da escavação e do transporte de terra – a ser implantado durante a etapa de escavação, de modo a evitar erosão, assoreamento, emissão de particulados e sujeira nas pistas e calçadas do entorno do empreendimento.

5.3.11 Programa de gestão de resíduos da construção civil – a ser implantados nas etapas de estrutura da edificação, demolição das edificações e casas existentes e acabamento da edificação, prevendo procedimentos e regras operacionais para todas as eventuais atividades da obra que possam gerar entulhos.

5.3.12 Projeto de drenagem pluvial – a ser implantado quando da etapa de acabamento da edificação, contendo as estruturas hidráulicas para condução e retenção de águas pluviais à rede pública correspondente. Consistirá no conjunto de ações necessárias para controlar o escoamento superficial que será aumentado em decorrência da impermeabilização de superfícies. Neste programa deverá ser apresentado projeto executivo de micro drenagem para o empreendimento, incluindo procedimentos e dispositivos provisórios para a fase de obras.

5.3.13 Programa de gestão de efluentes sanitários – deverá ser implantado na etapa de Mobilização da Obra, contendo instalações a serem utilizadas pela mão-de-obra empregada durante toda a fase de implantação e com seu devido tratamento químico e ou biológico no caso de não ter conexão à rede pública de coleta de esgotos.

5.3.14 Garantir que a totalidade dos fornecedores de bens e serviços a serem contratados pela Contratante esteja em situação regular perante as autoridades ambientais.

5.3.15 Implementação de procedimentos especiais de desativação de obra.

5.4 Todos os elementos representados nos projetos deverão ser considerados para fins de elaboração da planilha orçamentária.

5.5 Deverá ser entregue Cronograma físico-financeiro detalhado indicando porcentagem, valores parciais e globais para cada etapa.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUSTENTABILIDADE**

6.1 Para nortear esta contratação será utilizado o no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

6.2 A Contratação Sustentável é aquela que integra considerações socioambientais, culturais e de acessibilidade em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos.

6.3 A contratação sustentável na construção civil deve associar-se à prevenção na geração de resíduos, procurando-se, na fase de planejamento contratual, reduzir a quantidade de resíduos que serão gerados.

6.4 Destaque-se que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (documento em anexo ao Decreto Nº 11.043/22), estabelece como orientações:

**“REDUÇÃO DA QUANTIDADE DE RESÍDUOS E REJEITOS ENCAMINHADOS PARA DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA**

Diretriz 2A: Reduzir a geração de resíduos sólidos urbanos e aumentar a reutilização de produtos

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060

Site: [www.aget.to.gov.br](http://www.aget.to.gov.br) E-mail: [licitacao@aget.to.gov.br](mailto:licitacao@aget.to.gov.br)





Estratégia 12: Incentivar a inserção de critérios ambientais nas licitações públicas, orientando, quando viável técnica e economicamente, a aquisição de produtos reutilizáveis.”

6.4.1 Tais orientações devem ser cumpridas pela contratada.

6.5 A sustentabilidade econômica em obras de engenharia é crucial para garantir que os projetos sejam viáveis financeiramente no longo prazo, além de minimizar impactos negativos e promover benefícios econômicos para as comunidades envolvidas. Aqui estão algumas práticas e considerações importantes que a contratada deverá seguir:

6.5.1 Reduzir o consumo de materiais e energia durante a execução da obra, isso não só economiza dinheiro, mas também reduz o impacto ambiental. Utilizar materiais sustentáveis e tecnologias eficientes pode resultar em economias significativas a longo prazo.

6.5.2 Avaliar o impacto ambiental e econômico de diferentes materiais e técnicas construtivas ao longo de todo o ciclo de vida da obra ajuda a tomar decisões mais sustentáveis e econômicas.

6.5.3 Incorporar novas tecnologias e práticas construtivas que possam melhorar a eficiência energética, reduzir desperdícios e otimizar processos construtivos pode resultar em economias financeiras substanciais.

6.6 Além dos critérios descritos, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

6.7 Deverá ser observada a Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

6.8 A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa/SLTI-MP, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber.

6.9 No caso de descarte e destinação ambientalmente adequada dos inservíveis, eventualmente utilizados e/ou substituídos na execução da reforma e ampliação, a contratada deverá proceder ao descarte e destinação ecologicamente correta.

6.10 A destinação final será responsabilidade da contratada e deverá ser realizada de acordo com a Lei Nº 12.305/2010 e o Decreto Nº 7.404/2010.

6.11 Caberá à CONTRATADA apresentar todos os certificados de licença de funcionamento ou de autorização especial, emitido pelos órgãos ou entidades competentes, necessários para a execução do objeto, bem como atender a todas as demais legislações pertinentes.

6.12 O tratamento de resíduos sólidos de uma obra é uma parte crucial da gestão ambiental e deve ser feito de forma responsável para minimizar os impactos negativos no meio ambiente e na saúde pública.

6.13 A contratada deverá empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

6.14 As obras e serviços de engenharia deverão respeitar as normas relativas à proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas (artigo 45, V da Lei Nº 14.133/2021).

6.15 É responsabilidade da CONTRATADA o Licenciamento Ambiental.

## **7. CLÁUSULA SETIMA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

### **NOTA EXPLICATIVA PARA O MOMENTO DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

(OS SUBITENS 7.1 E 7.2 DEVERÃO PERMANECER NESTE TERMO CONTRATUAL SOMENTE SE, O VALOR CONTRATADO FOR INFERIOR A 85% (OITENTA E CINCO POR CENTO) DO VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO)



7.1 onforme art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021, será exigida garantia adicional da contratante, considerando que o valor contratado fora inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.2 A garantia adicional deverá ser apresentada, juntamente com a garantia de execução contratual, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei, somando-se a estas e tendo as mesmas condições e prazo de vigência, nos moldes do art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.3 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato. Devendo ser apresentada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a data de homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, nos termos do Art. 96, §3º da Lei Nº 14.133/21.

7.3.1.1 Por ser tratar de obra, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, nos termos do art. 59, 5º, da Lei Nº 14.133/2021.

7.3.2 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até 10 dias após a publicação do Contrato.

7.3.2.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

7.3.2.2 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

7.3.2.3 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

7.3.2.4 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro - garantia até 10 (dez) dias da publicação do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

7.3.2.5 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.3.2.6 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.3.3 Caso seja a garantia em dinheiro à modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.3.4 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

7.3.5 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.3.6 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

7.3.7 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).



7.3.8 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

7.3.8.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.3.8.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.3.8.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

7.3.9 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

7.3.10 No caso de alteração de vigência do Contrato, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.3.11 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

7.3.12 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

7.3.13 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.3.13.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.3.13.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

7.3.14 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

7.3.14.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Superintendência de Seguros Privados (Susep) do Governo Federal.

7.3.14.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

7.3.15 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

7.3.16 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Contrato.

7.3.17 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.3.18 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo Contratual.

#### **7.4 SEGUROS CONTRA RISCOS DE ENGENHARIA E COLETIVO CONTRA ACIDENTE DE TRABALHO**

7.4.1 A CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da assinatura do Contrato, seguro contra riscos de engenharia com validade para todo o período de execução da obra, inclusive no caso



de eventuais prorrogações, o qual deverá cobrir eventuais prejuízos de origem súbita e imprevista por qualquer causa, inclusive as avarias causadas por erros de projetos, desentulho e despesas extraordinárias.

7.4.2 Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a CONTRATADA responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à coisa pública, propriedades ou posse de terceiros, em decorrência da execução da obra.

7.4.3 A CONTRATADA deverá, ainda, na forma da lei, fazer e apresentar, no mesmo prazo estipulado no item anterior, seguro coletivo contra acidentes de trabalho, com validade para todo o período de execução a obra, correndo por sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, e regulado pelas Leis Nº 8.212/91 e Nº 8.213/91.

7.4.4 Será caracterizado como falha em sua execução, a não apresentação das apólices de seguro, contra riscos e engenharia e coletivo contra acidente de trabalho, que poderá dar ensejo à rescisão da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1 Em conformidade ao Art. 122, §2º da Lei Nº 14.133/2021, na execução do Contrato, e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes dos serviços corretivos desde que previamente autorizada pela SES/TO.

8.2 Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Contrato.

8.3 A subcontratação não exclui a responsabilidade da contratada perante a contratante quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

8.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8.5 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

8.6 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

8.7 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

9.1 Condições de execução

9.1.1 A contratada deverá realizar a execução do objeto, compreendendo:

### **Elaboração dos projetos:**

9.1.1.1 Elaboração dos projetos executivos e complementares em acordo com os elencados abaixo:

9.1.1.1.1 Projeto Executivo de Arquitetura e Urbanismo;

9.1.1.1.2 Projeto de Combate a Incêndio e Pânico;

9.1.1.1.3 Projeto de Sistema de detecção de alarme de Incêndio;

9.1.1.1.4 Projetos de Instalações Hidrossanitárias (Sistema de abastecimento de água fria e quente, sistema de esgoto sanitário, sistema de drenagem pluvial e drenos de ar condicionado);

9.1.1.1.5 Projeto de Tratamento de Esgoto;

9.1.1.1.6 Projeto de Estrutura Metálica;

9.1.1.1.7 Projetos Estruturais (Estrutura de concreto armado, Fundação);

9.1.1.1.8 Projeto de Contenção/ Estabilidade de Taludes (desnível acima de 6,01m);

9.1.1.1.9 Projeto de Tratamentos (Impermeabilizações, Acústica, Isolamentos);

9.1.1.1.10 Projeto de Instalações Elétricas em baixa e média tensão;

9.1.1.1.11 Projeto de Subestação Abrisgada com transformador a seco;

9.1.1.1.12 Projeto de Grupo Motor Gerador (GMG);

9.1.1.1.13 Projeto de Sistema de energia estabilizada por UPS;

9.1.1.1.14 Projeto de PDA e SPDA;

9.1.1.1.15 Projeto de Cabeamento Estruturado e Redes;

9.1.1.1.16 Projeto de CFTV;

9.1.1.1.17 Projeto de Sistema de Sonorização;

9.1.1.1.18 Projeto de Sistema de IT médico e chamada de enfermagem;

9.1.1.1.19 Projeto de Sistema de Relógio Sincronizado;

9.1.1.1.20 Projeto Elétrico – Sistema de detecção de alarme de incêndio;

9.1.1.1.21 Projeto Elétrico para iluminação externa (postes);

9.1.1.1.22 Projeto de Climatização e Filtragem de Ar (Projeto de Rede Frigorígena, VRF/VRV, Água gelada, Split);

9.1.1.1.23 Projeto de GLP ou GN;

9.1.1.1.24 Projeto de Gases Medicinais/ Industriais;

9.1.1.1.25 Projeto de Pavimentação;

9.1.1.1.26 Projeto de Drenagem Pluvial (micro e macrodrenagem);

9.1.1.1.27 Projeto de Segurança do Trabalho – NR18, NR12 e NR35 (PGR e PCMSO);

9.1.1.1.28 Projeto de Arte Gráfica, Comunicação Visual, Sinalização;

9.1.1.1.29 Licenciamento Ambiental (LP, LI, LO);

9.1.1.1.30 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (PGRSCC).

9.1.1.2 Compatibilização dos projetos, garantindo que todas as disciplinas estejam devidamente integradas, de forma a eliminar conflitos durante a execução;





9.1.1.3 Desenvolvimento em plataforma BIM (Building Information Modeling), para assegurar maior integração, precisão e controle.

9.1.1.4 Apresentação das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) e cumprimento de todas as exigências de licenciamento junto aos órgãos competentes.

9.1.1.5 Todos os projetos deverão ser entregues, tanto para projetos executivos como para As Built:

9.1.1.5.1 Em formato PDF digitalmente assinados;

9.1.1.5.2 Em formato digital editável, preferencialmente convertido nas extensões .dwg, .rvt e pasta de dados dos programas zipado.

9.1.1.6 Se faz necessário a entrega dos Projetos e do “As Built” com Atestado do Responsável Técnico (ART) pela elaboração e anuência do Fiscal de Projeto/Obra indicado pela SES/TO, pois o fiscal de contrato é o responsável por firmar/concordar a conformidade dos Projetos e em relação ao objeto final executado com o “As Built” elaborado.

9.1.1.7 Todos os projetos deverão ser enviados para aprovação da Administração.

### **Execução da Obra**

9.1.1.7.1 Responsabilizar-se pela execução integral da obra civil conforme os projetos aprovados, garantindo o fornecimento de toda mão de obra, materiais, equipamentos e insumos necessários, com acompanhamento técnico especializado durante todas as etapas para assegurar a conformidade com os projetos e normas vigentes;

9.1.1.7.2 Garantir a realização completa da obra civil de acordo com os projetos aprovados, assegurando a qualidade dos serviços prestados, a pontualidade na execução e a conformidade com as especificações técnicas.

9.1.1.7.3 Emprego de materiais e técnicas construtivas compatíveis com os padrões de edificações hospitalares, priorizando durabilidade, facilidade de manutenção, conforto ambiental, segurança e controle sanitário;

9.1.1.7.4 Instalação de infraestrutura predial completa (sistemas elétrico, hidráulico, climatização, gases medicinais, cabeamento estruturado, etc.);

9.1.1.7.5 Assegurar o cumprimento rigoroso das normas de biossegurança hospitalar, acessibilidade universal, gestão de resíduos hospitalares e controle ambiental, conforme legislação vigente, além da realização de treinamentos obrigatórios para a equipe envolvida na obra acerca das normas e procedimentos aplicáveis.

9.2 Gestão e controle da execução:

9.2.1 Apresentação de cronograma físico-financeiro detalhado, metodologia executiva da obra e as ARTs/RRTs correspondentes;

9.2.2 Garantia da rastreabilidade dos materiais e insumos aplicados;

9.2.3 Manutenção de diário de obra, relatórios fotográficos e registros de medições;

9.2.4 Implementação de medidas de segurança do trabalho e proteção ambiental no canteiro de obras.

9.2.5 Será exigida a responsabilidade técnica por profissional legalmente habilitado, que deverá estar disponível durante toda a execução.

9.3 Qualidade e desempenho:

9.3.1 Atendimento aos níveis mínimos de desempenho estabelecidos pela NBR 15575 (Desempenho de Edificações Habitacionais), no que couber;

9.3.2 Garantia de qualidade nos processos construtivos, com procedimentos de controle tecnológico e ensaios laboratoriais;

9.3.3 Cumprimento dos prazos contratuais, metas intermediárias e indicadores de desempenho, sob pena de aplicação de penalidades contratuais em caso de atrasos injustificados.



9.4 Materiais a serem disponibilizados:

9.4.1 Para a perfeita execução da construção do Hospital da Mulher e Maternidade de Araguatins, o contratado deverá fornecer todos os materiais, ferramentas, insumos e equipamentos necessários, nas quantidades estimadas e qualidades presentes no projeto básico de arquitetura, memorial descritivo, orçamento sintético e qualquer outro documento técnico que venha a compor o Processo.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES ACERCA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

10.1 O valor contratado compreende a elaboração dos projetos executivos elencados na cláusula 9.4.1, bem como a emissão das licenças e execução da obra, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com: mobilização e desmobilização, transporte de pessoal administrativo, alimentação e todos os tipos de prestação de serviço/mão de obra necessários para que as equipes técnicas e profissionais possam realizar seus serviços devidamente e com a fiel segurança, incluindo as previstas em leis sociais, seguros, fretes, impostos de qualquer natureza, lucro e outros encargos ou acessórios.

10.2 A CONTRATADA será responsável pela elaboração e aprovação dos projetos executivos e complementares em qualquer órgão de controle que se fizer necessário, devendo estes projetos estarem de acordo com as exigências descritas no Projeto Básico de Arquitetura, Termo de Referência e Edital.

10.3 A CONTRATADA será responsável pela execução integral da obra civil, incluindo fundações, superestrutura, alvenarias, cobertura, esquadrias, acabamentos, impermeabilização, instalações elétricas e hidráulicas, climatização, sistemas de exaustão e filtragem de ar, redes de gases medicinais, combate a incêndio, entre outros sistemas hospitalares. A obra deverá estar de acordo com o projeto básico de arquitetura e com as exigências descritas no Termo de Referência e Edital.

10.4 A CONTRATADA será responsável pela emissão das licenças para início e entrega do objeto, independente de menção, destaca-se a Licença Prévia (L.P.), Licença de Instalação (L.I.) e Licença de Operação (L.O.).

10.5 Mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico (art. 46, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

10.6 Do fornecimento de uniforme, equipamentos de proteção individual (epi) e equipamento de proteção coletiva (EPC):

10.7 É responsabilidade da Contratada fornecer todos os materiais necessários para que os profissionais desempenhem suas funções em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

10.8 É responsabilidade da Contratada fornecer os uniformes a seus empregados que deverão estar condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

10.9 Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante.

10.10 Os uniformes deverão ser substituídos sempre que apresentarem avarias ou sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação.

10.11 É responsabilidade da Contratada disponibilizar Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC necessários à execução dos serviços, devendo manter registro de entrega nominal a cada funcionário, o controle da qualidade e o uso adequado.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO**

11.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).





11.2 A contratada deverá prestar garantia com prazo não inferior a 5 (cinco) anos, a contar do recebimento definitivo da obra, para mão de obra e serviços conforme prevê o Art. 140, § 6º da Lei 14.133/21 e do artigo Art. 618 do Código Civil, com aplicação supletiva lastreada no Art. 89 da lei nº 14.133/21, devendo-se observar os padrões mínimos de desempenho preconizados na NBR 15.575/2013.

11.3 A contratada deverá prestar garantia não inferior a 1 (um) ano, a partir do recebimento definitivo, para equipamentos e materiais, exceto àquela cuja garantia emitida pelo fabricante seja diversa deste período.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 A finalização contratual deverá ocorrer de forma planejada, assegurando a entrega da obra conforme as especificações contratuais, com a devida documentação técnica e a garantia da integridade física e funcional da edificação reformada e ampliada. Para isso, serão observados os seguintes procedimentos:

Recebimento provisório:

12.2. Concluída a execução dos serviços, a contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização da SES/TO e solicitar o recebimento provisório, conforme disposto no art. 140 da Lei Nº 14.133/2021.

12.3. A equipe técnica designada fará a vistoria técnica in loco, verificando o cumprimento integral das obrigações contratuais, qualidade da execução, funcionamento dos sistemas e atendimento às normas técnicas.

12.4. Será lavrado um termo de recebimento provisório, se constatada a conformidade da obra com o projeto, o memorial descritivo, as planilhas e as especificações técnicas.

12.5. Prazo de observação e garantia:

12.5.1. Após o recebimento provisório, terá início o período de observação (de 90 dias em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor), durante o qual a contratada será responsável por corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas ou defeitos eventualmente identificados.

12.6. Recebimento Definitivo

12.7. Finalizado o período de observação, não havendo pendências, será emitido o termo de recebimento definitivo, atestando a aceitação plena da reforma e ampliação.

12.8. Para isso, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

- As-built (projeto executivo atualizado com alterações eventualmente realizadas);
- Laudos e certificados técnicos exigidos (como testes elétricos, de estanqueidade, etc.);
- Certidões negativas de débitos trabalhistas e previdenciários;
- Declaração de quitação de encargos trabalhistas e sociais com os trabalhadores alocados na obra;
- Comprovação da destinação ambientalmente correta dos resíduos de construção.

12.9. Encerramento Contratual:

12.9.1. O contrato será formalmente encerrado após o recebimento definitivo, desde que:

- Não haja pendências técnicas, documentais ou financeiras;
- Todas as obrigações contratuais tenham sido plenamente cumpridas;
- Tenha sido processada a prestação de contas, com a devida liquidação financeira.

12.10. Responsabilidade Pós-encerramento:



12.10.1. A empresa permanecerá responsável pelas obrigações decorrentes da garantia legal e contratual do objeto, devendo manter canal de contato e atendimento durante o período estipulado.

12.10.2. Qualquer vício ou defeito identificado após o encerramento do contrato, mas dentro do prazo de garantia, deverá ser corrigido pela contratada, sob pena de responsabilização civil, administrativa e eventual penal.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

13.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2 A empresa vencedora terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após formalmente convidada, para assinar o Contrato.

13.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou da contratada.

13.5 Após a assinatura do Contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.6 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

13.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.8 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PREPOSTO**

14.1 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

14.2 O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

14.3 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

15.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos.

15.2 A equipe de fiscalização do Contrato, em conformidade ao Decreto Nº 11.246/2022, será composta por:

15.2.1.1 Gestor de Contrato, a quem compete à coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

15.2.1.2 Fiscal técnico, a quem compete o acompanhamento do Contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;



15.2.1.3 Fiscal Administrativo, a quem compete o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do Contrato Administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

15.2.2 A equipe de fiscalização deverá atuar em conformidade com o Decreto Estadual Nº 6.606, de 28 de março de 2023 que regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

16.1 O fiscal técnico do Contrato será nomeado oportunamente, nos termos das legislações pertinentes, pela Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura – AGETO, instituído como interveniente em conformidade ao Art. 38 do Decreto Nº 6.898, de 07 de fevereiro de 2025.

16.1.1 O fiscal técnico do Contrato deverá ser um profissional da Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura, engenheiro ou arquiteto com regulamentação nos devidos conselhos profissionais.

16.2 O fiscal técnico do Contrato acompanhará a execução do Contrato e deverá possuir expertise na área da construção civil, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

16.3 O fiscal técnico do Contrato anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

16.4 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do Contrato emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção.

16.5 Em caso de descumprimento das notificações ou de reincidência, deverão ser aplicadas sanções à Contratada, conforme as disposições previstas neste Termo de Referência.

16.6 O fiscal técnico do Contrato informará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

16.7 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do Contrato.

16.8 O fiscal técnico do Contrato comunicará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

16.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

16.10 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP Nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME Nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

17.1 O fiscal administrativo do Contrato será nomeado oportunamente pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES/TO), nos termos da legislação pertinente, e deverá ser integrante do quadro de profissionais da Diretoria de Arquitetura e Engenharia dos Estabelecimentos de Saúde (DAEES).

17.2 O fiscal administrativo do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



17.3 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

17.4 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

17.4.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

17.4.2 Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

17.4.3 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do Contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o disposto no Decreto Nº 11.246/22;

17.4.4 Auxiliar o gestor do Contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no Decreto Nº 11.246/22.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – GESTOR DO CONTRATO**

18.1 O gestor do Contrato será o Ordenador de Despesas da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES/TO), nos termos das legislações pertinentes, responsável por gerir e supervisionar a execução do contrato, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais e a adequada utilização dos recursos públicos.

18.2 Cabe ao gestor do Contrato:

18.2.1 Coordenar a atualização do Processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

18.2.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do Contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

18.2.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

18.2.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

18.2.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

18.2.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

18.2.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato.

18.3 Receber e dar encaminhamento imediato:

18.3.1 Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto Nº 12.174/2024;





18.3.2 A notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

19.1 Será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

19.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

19.2.1 não produzir os resultados acordados;

19.2.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

19.2.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

19.3.1 Somente poderão ser medidos os serviços efetivamente executados e concluídos em sua totalidade;

19.3.2 A verificação da conformidade do serviço executado será realizada com base no projeto básico de arquitetura e no memorial descritivo em anexo aos autos, e nos projetos executivos que serão elaborados pela contratada.

19.3.3 A execução só será considerada finalizada, após vistoria e aprovação do Fiscal do Serviço e/ou Gestor do Contrato;

19.3.4 Depois de constatada pela equipe de fiscalização, a completude dos serviços previamente apresentados, a Contratada poderá proceder com a emissão da Nota Fiscal bem como do Relatório de Medição.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECEBIMENTO**

20.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a partir do comunicado de conclusão da contratada, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

20.1.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

20.1.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

20.2 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga.

20.3 O fiscal técnico do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

20.4 O fiscal administrativo do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

20.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada medição:

20.5.1 O fiscal técnico do Contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no



ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato;

20.5.2 O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do Contrato.

20.6 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

20.7 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

20.8 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

20.9 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

20.10 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

20.11 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do Contrato para recebimento definitivo.

20.12 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90 (noventa dias) dias, a contar do recebimento provisório, salvo justificativa expressa e aceita pela Administração. A entrega definitiva ocorrerá por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

20.12.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

20.12.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

20.12.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

20.12.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

20.12.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

20.13 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

20.14 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

20.15 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.



**21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DE PAGAMENTO**

21.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da do recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestado, tendo em vista ser discricionário ao Gestor, conforme estabelecido no Decreto Estadual N° 6.606/2023.

21.2 Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar definitivamente a execução do objeto do Contrato.

21.3 No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária

**22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

22.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

22.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

22.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

22.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar N° 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE**

23.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com data base dezembro de 2025.

23.2 Após o interregno de um ano, e mediante solicitação da contratada, os preços iniciais contratados serão reajustados, mediante aplicação pelo contratante, do índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

$$R = P \cdot \frac{I_m - I_0}{I_0}$$

Onde:

R = Parcela de reajustamento procurado;

Im = Índice relativo ao da data do adimplemento da obrigação;

I0 = Índice inicial – referente ao índice de custo ou de preço correspondentes à data fixada para entrega da proposta da licitação;

P = Preço unitário contratado.

23.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

23.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

23.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

23.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

24.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei N° 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei N° 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

24.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

24.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

24.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### **24.3 Multa:**

24.3.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

24.3.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;



- 24.3.3 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.
- 24.3.4 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 24.3.5 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 7% (sete por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 24.3.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação.
- 24.3.7 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 24.3.8 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.
- 24.4 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 24.5 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 24.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 24.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 24.8 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 24.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 24.9.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 24.9.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 24.10 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 24.10.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 24.10.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 24.10.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 24.10.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 24.10.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 24.11 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.





24.12 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

24.13 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

24.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24.15 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133, de 2021.

24.16 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros Contratos Administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE**

25.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

25.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

25.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

25.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

25.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021;

25.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

25.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e no Termo de Referência;

25.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

25.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

25.9.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

25.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

25.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

25.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021.



- 25.13 Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 25.14 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 25.15 Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 25.15.1 "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 25.15.2 comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- 25.15.3 laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 25.15.4 carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- 25.15.5 certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
- 25.16 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 25.17 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 25.18 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 25.19 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 25.20 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 25.21 A CONTRATANTE poderá a qualquer momento realizar inspeções na execução da obra, levantar pendências e indicar impedimentos técnicos e de segurança na realização de quaisquer atividades.

## **26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 26.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente, seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 26.1.1 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.
- 26.1.2 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 26.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 26.1.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 26.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

26.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

26.1.7 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

26.1.8 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

26.1.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

26.1.9.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

26.1.9.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

26.1.9.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

26.1.9.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

26.1.9.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

26.1.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

26.1.11 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

26.1.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

26.1.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

26.1.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual;

26.1.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

26.1.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;

26.1.17 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

26.1.18 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

26.1.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;





- 26.1.20 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto Nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 26.1.21 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme disposto no art. 2º, do Decreto Nº 12.174, de 11 de setembro de 2024;
- 26.1.22 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 26.1.23 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 26.1.24 Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 26.1.25 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 26.1.26 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021;
- 26.1.27 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 26.1.28 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;
- 26.1.29 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 26.1.30 Apresentar ao Contratante, a relação nominal dos empregados que realizarão a execução dos serviços/obra;
- 26.1.31 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 26.1.32 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 26.1.33 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 26.1.34 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 26.1.35 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 26.1.36 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 26.1.37 Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente (CREA ou CAU), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 26.1.38 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 26.1.39 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.



26.1.40 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

26.1.41 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto Nº 5.975, de 2006.

26.1.42 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP Nº 1, de 19/01/2010.

26.1.43 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução Nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP Nº 1, de 19/01/2010.

26.1.44 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

26.1.45 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA Nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

26.1.45.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

26.1.45.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

26.1.45.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

26.1.45.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

26.1.46 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

26.1.47 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR Ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

26.1.48 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

26.1.48.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

26.1.48.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliações do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA Nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

26.1.49 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.





26.1.50 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

26.1.51 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

26.1.52 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

26.1.53 Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo Contratado, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

26.1.53.1 A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas no Projeto Básico de Arquitetura, Termo de Referência e seus anexos, e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

26.1.54 A CONTRATADA deverá garantir que todos os seus profissionais atuem com os devidos equipamentos de proteção individual (EPI) e instalar, quando necessário à execução dos serviços, equipamentos de proteção coletiva (EPC). A instalação de qualquer ancoragem para EPIs de trabalho em altura é de responsabilidade da CONTRATADA.

26.1.55 A CONTRATADA deverá designar um preposto Engenheiro Civil/ Arquiteto, sendo este profissional o principal responsável por acompanhar e direcionar o andamento da obra.

26.1.56 A CONTRATADA não receberá remuneração referente a serviços com pendências observadas durante as inspeções da fiscalização.

26.1.57 A CONTRATADA deverá dispor de atendimento pós-obra, a qual deverá atender pendências observadas ao longo do uso da edificação pelo prazo, conforme consta nesse Termo de Referência.

26.1.58 A CONTRATADA deverá indicar qual será o meio de comunicação para solicitação de chamados de pendências pós-obra.

26.1.59 A contratada deverá garantir os serviços executados pelo prazo mínimo legal de 05 (cinco) anos para a obra civil, conforme o art. 618 do Código Civil.

26.1.60 A CONTRATADA terá até 30 (trinta) dias após o final da obra para entrega dos AS BUILT projetuais de arquitetura e complementares, se couber.

26.1.61 É responsabilidade da CONTRATADA realizar a compatibilização dos projetos executivos.

## **27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SETIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

27.1 Nos possíveis casos de alterações contratuais deverá seguir o disposto no Capítulo VII – “Da Alteração dos Contratos e dos Preços”, Art. 124º à 136º, Lei Nº 14.133/2021.

27.2 Havendo necessidade, o Contrato poderá ser alterado mediante prévia justificativa aceita pela superior autoridade competente, observadas as disposições do art. 124 da Lei Nº 14.133/21, bem como as demais disposições legais pertinentes, no que couber.

27.3 Por se tratar de contratação semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

27.3.1 Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060  
Site: [www.aget.to.gov.br](http://www.aget.to.gov.br) E-mail: [licitacao@aget.to.gov.br](mailto:licitacao@aget.to.gov.br)





27.3.2 Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei Nº 14.133/21;

27.3.3 Por necessidade de alteração do projeto, nos termos do § 5º do art. 46 da Lei Nº 14.133/21;

27.3.4 Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

## **28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

28.1 Conforme o Cronograma Físico Financeiro inserido nos autos, destina-se tempos distintos para entrega do objeto desta contratação, sendo estes:

28.2 Para entrega dos Projetos Executivos e Complementares será previsto prazo máximo de 06 (seis) meses, contados a partir da data da publicação da Ordem de Serviço em Diário Oficial;

28.3 O prazo para execução da obra é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de autorização expressa da fiscalização para o início dos serviços, a qual ficará condicionada à aprovação dos projetos executivos, podendo ser prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, desde que devidamente justificado.

28.3.1 A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de autorização expressa da fiscalização para o início dos serviços, para mobilizar toda a equipe, equipamentos e recursos necessários à execução da obra.

28.3.2 O prazo de vigência da contratação estimado é de 40 (quarenta) meses contados da publicação do Contrato em Diário Oficial, podendo ser prorrogado, na forma do art. 111 da Lei Nº 14.133 de 2021, desde que devidamente justificado.

28.3.2.1 A definição de vigência contratual superior à soma dos prazos executórios decorre da necessidade de contemplar, de forma preventiva e responsável, outras etapas essenciais à boa execução contratual, tais como a mobilização inicial e organização do canteiro, a tramitação e obtenção de licenças, autorizações e alvarás, análises técnicas, revisões e eventuais ajustes de projeto, possíveis interferências previsíveis em empreendimentos de grande porte, bem como os procedimentos de recebimento provisório e definitivo da obra.

## **29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

29.1 A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

29.2 Quando a não conclusão da elaboração dos projetos executivos e da execução da obra em prazo estabelecido no cronograma físico-financeiro decorrer de culpa da Contratada:

29.3 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

29.4 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

29.5 A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. São motivos:

29.6 não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

29.7 desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

29.8 alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o Contrato;





- 29.9 decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- 29.10 caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato;
- 29.11 atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do projeto básico de arquitetura que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- 29.12 atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- 29.13 razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- 29.14 não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 29.15 O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- 29.16 supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido;
- 29.17 suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- 29.18 repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente previstas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- 29.19 atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- 29.20 não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
- 29.21 As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 16.2.2, 16.2.3 e 16.2.4 observarão as seguintes disposições:
- 29.22 não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- 29.23 assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Nº 14.133/2021.
- 29.24 A extinção do contrato poderá ser:
- 29.25 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 29.26 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- 29.27 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 29.28 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 29.29 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- 29.30 devolução da garantia;
- 29.31 pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

- 29.32 pagamento do custo da desmobilização.
- 29.33 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:
- 29.34 assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- 29.35 ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- 29.36 execução da garantia contratual para:
- 29.37 ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- 29.38 pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- 29.39 pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- 29.40 exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- 29.41 retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
- 29.42 A aplicação das medidas previstas nos subitens 16.4.1 e 16.4.2, ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
- 29.43 Na hipótese do subitem 16.4.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.
- 29.44 A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 29.45 A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **30. CLÁUSULA TRIGESÍMA – DA PRORROGAÇÃO**

- 30.1 Caso seja necessário a prorrogação, basear-se-a ao artigo 111, da Lei nº 14.133/21.
- 30.2 As alterações, prorrogações ou outros fatos que possam surgir durante a execução do Contrato, deverão ser efetivados mediante aditamento, apostilamento ou atos administrativos inerentes para cada caso.

### **31. CLÁUSULA TRIGESÍMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 31.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Artigo 137 da Lei 14.133/21.
- 31.2 Aplica-se as regras elencadas no artigo 138 e 139 e demais artigos pertinentes da Lei 14.133/21.
- 31.3 O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, mas sempre atendida à conveniência administrativa e o interesse público.
- 31.4 A critério da CONTRATANTE, caberá a rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer falência da CONTRATADA ou ainda quando esta:
- I. Não cumprir qualquer obrigação contratual;
- II. Transferir, no todo ou em parte, as obras e os serviços sem prévia autorização da CONTRATANTE.



- 31.5 Nas hipóteses do item anterior, à CONTRATADA caberá receber o valor das obras e dos serviços executadas até a data da rescisão do contrato.
- 31.6 Ocorrendo rescisão, a CONTRATANTE responderá por perdas e danos cobrados administrativa ou judicialmente.
- 31.7 Em caso algum a CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e Previdenciária, oriundos de Contrato entre a mesma e seus empregados.

## **32. CLÁUSULA TRIGESÍMA SEGUNDA – DA MATRIZ DE RISCO**

### **32.1 DAS DEFINIÇÕES:**

32.2 Cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações, conforme Art. 6º, XXVII da Lei 14.133/21:

- a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;
- b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no projeto básico de arquitetura e memorial descritivo;
- c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no projeto básico de arquitetura e memorial descritivo, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia.

32.3 Mesmo que haja a Matriz de Risco prevista neste Instrumento Convocatório da Licitação não isenta a empresa por assumir o pleno conhecimento, natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato.

32.4 A responsabilidade em considerar todos os custos e incidências sobre o valor de proposta em concordância com o objeto licitado é de responsabilidade da contratada, inclusive realizar os devidos questionamentos quanto a possíveis itens e de aditivos ou que poderão causar incidência financeira durante o processo de execução do objeto.

### **32.5 DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

32.6 Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato.

32.7 Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

32.8 Estar ciente de que o critério de medição é definido único e exclusivamente pela Secretaria de Estado da Saúde – SES/TO.

32.9 Ser integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

32.10 Está ciente de que fica vedada a celebração de termos aditivos de valor aos contratos firmados, exceto nas hipóteses apresentadas pela Matriz de Risco, por este Instrumento Convocatório da Licitação, Edital e Contrato.

### **32.11 DAS CONDICIONANTES DA MATRIZ DE RISCO**

32.12 A matriz de risco é o instrumento que tem o objetivo de definir as responsabilidades do CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do contrato.

32.13 O termo risco foi designado neste contrato para indicar o resultado objetivo da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento, aleatório, futuro e que independa da vontade humana, e o impacto resultante, no caso de sua ocorrência. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como uma atividade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

32.14 A análise dos riscos associados a esta obra é realizada por meio da matriz de risco, a seguir, que tem por objetivo traçar as diretrizes das cláusulas contratuais.

MATRIZ DE RISCO				
DA CONTRATADA				
Com exceção das hipóteses alocados para o CONTRATANTE, e independentemente da subcontratação de terceiros, a CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à execução do Contrato, inclusive, mas sem limitação, pelos seguintes riscos:				
Risco	Alocação (SES/TO, contratada ou compartilhada)	Impacto (Alto, Médio ou Baixo)	Probabilidade (Frequente, Provável, Ocasional, Remota ou Improvável)	Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco
Não apresentação da apólice de seguro pela Contratada, acarretando atraso no início da obra.	Contratada	Alto	Remota	Aplicação de penalidades previstas em contrato;
Atraso no cumprimento das condicionantes da licença ambiental e/ou dos requisitos técnicos dos órgãos envolvidos (Prefeitura, órgão ambiental)	Contratada	Alto	Ocasional	Maior rigor quanto ao planejamento para a obtenção das licenças, permissões e autorizações necessárias à execução do contrato;
Ultrapassar o prazo previsto para elaboração dos projetos executivos	Contratada	Alto	Ocasional	Aplicação de penalidades previstas em contrato;
Risco de atraso nas análises e aprovações ou necessidade de adequação de projetos, acarretando em aumento no prazo e alteração dos custos.	Contratada	Alto	Ocasional	Encaminhar projetos para análise prévia antes de sua conclusão, assim como fazer consulta prévia aos órgãos responsáveis pelas aprovações;
Projetos executivos com inconsistências	Contratada	Alto	Ocasional	Revisão do projeto pela contratada antes da execução. Correção sem ônus para o contratante;
Não definir corretamente a quantidade, a dimensão, as características operacionais dos equipamentos a serem empregados, a metodologia e os procedimentos para a execução do objeto, obedecendo as premissas do, Projeto Básico de Arquitetura e Termo de Referência	Contratada	Alto	Ocasional	Maior rigor no controle do cronograma físico-financeiro, buscando o correto dimensionamento da equipe, dos insumos e dos equipamentos necessários à adequada execução da obra;
Gastos excedentes relacionados às obras e aos serviços objeto do Contrato, exceto nos casos previstos expressamente para o CONTRATANTE	Contratada	Médio	Improvável	
Perda de produtividade e/ou atraso no cumprimento dos cronogramas previstos ou de outros prazos estabelecidos entre as partes ao longo da vigência do Contrato, exceto nos casos previstos expressamente para o CONTRATANTE	Contratada	Médio	Ocasional	



Atrasos no cronograma devido à indisponibilidade de insumos necessários ao início ou continuidade da obra	Contratada	Médio	Ocasional	
Não atingir os parâmetros de desempenho e de produtividade, exceto nos casos decorrentes de atrasos cuja responsabilidade seja do Contratante	Contratada	Médio	Ocasional	
Problemas Climáticos	Contratada	Médio	Provável	Planejamento do cronograma com margem para intempéries;
Retrabalho na execução dos serviços.	Contratada	Alto	Improvável	Definir a equipe que acompanhará a execução da obra. Gestões fiscais da obra na avaliação dos serviços executados conforme projeto executivo. Adequar as entregas de acordo com as especificações do projeto e/ou boas práticas da engenharia;
Perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos bens e equipamentos da CONTRATADA, responsabilidade que não é reduzida ou excluída em virtude da fiscalização da CONTRATANTE	Contratada	Médio	Ocasional	Aplicar um plano de segurança e vigilância, com controle de almoxarifado, estoque de materiais e equipamentos;
Aumento do custo dos insumos, devido a variação das taxas de câmbio ou inflação dos preços, exceto nos casos de aumentos desproporcionais	Contratada	Alto	Ocasional	Realizar estudo prévio da evolução dos preços dos insumos no mercado, de modo a estimar com maior precisão os possíveis valores de aumento e inflação;
Possibilidade de a inflação de um determinado período ser superior ao índice utilizado para reajuste do Contrato ou de outros valores nele previstos para o mesmo período	Contratada	Médio	Remota	
Responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ambientais decorrentes da operação, ou descarte inadequado de resíduos perigosos	Contratada	Alto	Remota	Obedecer criteriosamente às diretrizes técnicas e procedimentos de gestão de resíduos estabelecidas nas legislações vigentes;
Prejuízos causados a terceiros, pela CONTRATADA ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela CONTRATADA	Contratada	Médio	Remota	Maior rigor no treinamento da equipe e na execução do projeto executivo;
Atraso na mobilização de equipamentos em função de restrições técnicas, logísticas, orçamentárias ou ambientais, exceto nos casos previstos	Contratada	Médio	Ocasional	Aplicação de penalidades previstas em contrato;

expressamente para o CONTRATANTE				
Restrições de horário de trabalho que impactem no cronograma, como a impossibilidade de trabalho noturno, em finais de semana ou outros horários determinados	Contratada	Médio	Remota	Realizar o planejamento contínuo da execução da obra, de maneira a se adaptar às possíveis restrições que possa acontecer;
Custos associados às ações trabalhistas ou previdenciárias de profissionais contratados ou subcontratados	Contratada	Médio	Ocasional	Realizar acompanhamento jurídico;
Acidente de trabalho.	Contratada	Médio	Ocasional	Fazer apresentação de APR (Análise Preliminar de Risco), treinamentos e demais documentos que comprovem que as equipes da contratada estejam aptas para execução do projeto com segurança;
Custos adicionais associados à dificuldade de acesso à área onde será executado o serviço	Contratada	Médio	Remota	Maior rigor quanto ao detalhamento do projeto executivo, possibilitando o planejamento adequado e, por consequência, a correta execução da obra;
Atrasos nas entregas das etapas parciais e também a entrega total do contrato, como também aumento decusto do contrato.	Contratada	Alto	Provável	Aplicação de penalidades previstas em contrato;
Obtenção de licenças, permissões e autorizações relativas à execução do contrato.	Contratada	Alto	Remota	Maior rigor quanto ao planejamento para a obtenção das licenças, permissões e autorizações necessárias à execução do contrato;
<b>DA CONTRATANTE</b>				
<b>Risco</b>	<b>Alocação (SES/TO, contratada ou compartilhada)</b>	<b>Impacto (Alto, Médio ou Baixo)</b>	<b>Probabilidade (Frequente, Provável, Ocasional, Remota ou Improvável)</b>	<b>Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco</b>
Decisão arbitral, judicial ou administrativa que impeça ou impossibilite a CONTRATADA de executar fielmente suas obrigações contratuais, exceto nos casos em que a CONTRATADA houver dado causa a tal decisão.	SES/TO	Alto	Remota	-
Reequilíbrio, Reajuste e Aditivo de Acréscimo ou Supressão do Contrato.	SES/TO	Médio	Remota	Maior rigor na execução do objeto, prazos de execução e itens licitados;
Descumprimento, pela CONTRATANTE, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos aplicáveis previstos neste	SES/TO	Médio	Remota	Maior rigor na fiscalização da execução do projeto e em especial no acompanhamento do cronograma físico-financeiro.



Contrato e/ou na legislação vigente.				
Alterações na legislação e regulamentação, inclusive acerca de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos, que alterem a composição econômico-financeira do Contrato, excetuada a legislação dos tributos sobre a renda.	SES/TO	Alto	Remota	-
Alteração unilateral no Contrato, por iniciativa da CONTRATANTE, por inclusão e modificação de obras e serviços que afetem o equilíbrio econômico-financeiro	SES/TO	Alto	Remota	Maior rigor no planejamento e na realizações dos estudos técnicos, de maneira a contemplar todos os serviços necessários para a adequada realização da obra.
Caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da administração que provoque impacto econômico-financeiro no Contrato e impeça ou retarde a execução da obra.	SES/TO	Alto	Improvável	Reequilíbrio econômico-financeiro;
Aumentos DESPROPORCIONAIS dos insumos, quando estes aumentos forem imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.	SES/TO	Alto	Remota	Reequilíbrio econômico-financeiro;
Modificação das especificações de serviço, modificação ou ampliação do escopo, acarretando em aumento no prazo e alteração de custos.	SES/TO	Médio	Ocasional	Reequilíbrio econômico-financeiro; Aditivo contratual (excepcional)
Falha de comunicação podendo gerar retrabalho ou atraso na execução da obra.	SES/TO	Alto	Remota	Adoção de critérios pré-estabelecidos para comunicação entre Contratante e Contratada e oficialização das decisões por meio de documentos (diário de obra, e-mail ou ofício).
Atraso na obra devido à impossibilidade de execução de serviços previstos no cronograma.	SES/TO	Alto	Remota	Liberação de outras frentes de serviço, previstas em etapas posteriores do cronograma.
Atraso ou falta de pagamento por parte da Contratante, impossibilitando a execução da obra pela Contratada.	SES/TO	Alto	Remota	Cláusula contratual prevendo que o contratado pode suspender os serviços e rescindir o contrato após inadimplência superior a 90 dias.

### 33. CLÁUSULA TRIGESÍMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMPLEMENTARES

33.1 A Contratada deverá manter no local da execução dos serviços:

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060  
Site: [www.abeto.to.gov.br](http://www.abeto.to.gov.br) E-mail: [licitacao@abeto.to.gov.br](mailto:licitacao@abeto.to.gov.br)

- a) Diário de Obras;
- b) Cópia do contrato e de seus anexos;
- c) As plantas, bem como os desenhos e detalhes da execução dos serviços e/ou fornecimentos;
- d) O registro das alterações regularmente autorizadas;
- e) Relatórios de controle tecnológico e os demais documentos técnicos relativos à execução dos serviços;
- f) Cronograma de execução, com representatividade atualização permanente;
- g) Cópias das medições realizadas.

33.2 A Contratada deverá manter o Diário de Obras atualizado, onde deverão ser anotados os serviços em execução no dia, condições climáticas e outras anotações julgadas oportunas pela contratada.

33.3 A Fiscalização terá acesso direto ao Diário de Obras, bem como poderá utilizá-lo quando julgar necessário.

33.4 A Contratada será obrigada a mandar retirar o material impugnado pela Fiscalização, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, após o recebimento da Notificação da Contratante, e devidamente registrada no Diário de Obra.

33.5 Após finalização dos serviços, a Fiscalização efetuará todos os testes de funcionamento, dentre outros que a mesma julgar necessários.

#### **34. CLÁUSULA TRIGESÍMA QUARTA- DOS CASOS OMISSOS**

34.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **35. CLÁUSULA TRIGESÍMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO**

35.1 A CONTRATADA se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98.

35.2 A CONTRATADA declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013; e se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013.

35.3 A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

35.4 Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

35.5 Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

35.6 Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial.

35.7 Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

35.8 não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e





35.9 adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

35.10 A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

35.11 A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

#### **36. CLÁUSULA TRIGESIMA SEXTA- DOS TRIBUTOS**

36.1 São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários, encargos sociais e trabalhistas decorrentes deste Contrato.

#### **37. CLÁUSULA TRIGESIMA SÉTIMA – DA PROIBIÇÃO**

37.1 Fica expressamente vedada à vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza, que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir, de modo a não prejudicar o andamento das obras e dos serviços.

#### **38. CLÁUSULA TRIGESIMA OITAVA- DO REGISTRO**

38.1 O Contrato deverá ser registrado no CREA, de acordo com o que determina Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do CONFEA.

#### **39. CLÁUSULA TRIGESIMA NONA - DO FORO**

39.1 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Palmas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

#### **40. CLÁUSULA TRIGESIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

40.1 A publicação do presente Contrato no Diário Oficial do Estado – DOE por extrato, será providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, correndo as despesas às expensas da CONTRATANTE.

40.2 A divulgação do presente Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ocorrerá em 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme art. 94, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

40.3 No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

#### **41. CLÁUSULA TRIGESIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

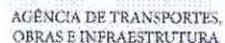
41.1 Reger-se-á o presente Contrato, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas legais pertinentes.

41.2 As omissões serão dirimidas administrativamente pela parte CONTRATANTE e, não havendo consenso, pelo Poder Judiciário.

41.3 E por estarem de acordo, assinam este Contrato os representantes das partes em duas vias de igual teor e forma.

Palmas, Capital do Estado do Tocantins, XX de XXXX de 2026.





Contratante

Interveniente

Contratada

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060  
Site: [www.agero.to.gov.br](http://www.agero.to.gov.br) E-mail: [licitacao@agero.to.gov.br](mailto:licitacao@agero.to.gov.br)

